



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE A	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: <i>Direção Geral de Administração</i> Extracto de despacho n° 1882/2016: Renovando a nomeação de António Francisco Gomes Miranda, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor especial de S. Ex ^a o Presidente da República. 1675
PARTE B	PROVEDORIA DA JUSTIÇA: <i>Gabinete do Provedor:</i> Extracto de despacho n° 1883/2016: Nomeando definitivamente Júlio Fernando Leite dos Reis Mascarenhas, para exercer o cargo de técnico, nível I. 1675
PARTE C	CONSELHO DE MINISTROS: Resolução n° 104/2016 (II Série): Dá por finda a comissão de serviço de Antonieta Auselinda da Conceição Lopes, no cargo de Curadora da Biblioteca Nacional de Cabo Verde. 1676 Resolução n° 105/2016 (II Série): Nomeia o Diretor-geral da Política de Justiça. 1676 Resolução n° 106/2016 (II Série): Renova o mandato dos membros do Conselho de Administração da Agência de Aviação Civil 1676 Resolução n° 107/2016 (II Série): Dá por finda, a comissão de serviço de Cipriano Semedo Soares de Carvalho, no cargo de Diretor-geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Economia e Emprego. 1676 Resolução n° 108/2016 (II Série): Nomeia os membros do Conselho de Administração da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde - EHTCV - EPE. 1676

CHEFIA DO GOVERNO:**Gabinete do Primeiro Ministro:****Despacho conjunto nº 88/2016:**

Requisitando Edna José Mascarenhas, do Ministério da Educação, para coadjuvar Adalberto Silva, coordenador Intersectorial nos termos da Resolução nº 84/2016. 1677

Despacho nº 89/2016:

Delegando competência ao Ministro da Defesa para conferir posse ao Tenente – Coronel Casimiro Moreno Tavares, como o Presidente do Conselho de Administração da Fundação Social das Forças Armadas. 1677

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo:**Extracto de despacho conjunto nº 1884/2016:**

Transferindo Amarina Delgado Monteiro para o Ministério da Saúde e da Segurança Social, na categoria que detém no seu cargo de origem. 1677

Extracto de despacho nº 1885/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Eileen Almeida Barbosa, técnica nível I, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo. 1677

Extracto de despacho nº 1886/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Orlanda Lopes Correia Monteiro, técnica nível I, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo. 1677

Extracto de contrato de gestão nº 34/2016:

Contratando Marco António da Cruz Silva, para mediante contrato de gestão celebrado com a Comissão Nacional organizadora do IV Fórum Mundial de Desenvolvimento Local, desempenhar o cargo de Secretário Executivo. 1677

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:**Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:****Extracto de despacho nº 1887/2016:**

Autorizando a transferência de Maria do Livramento Spencer Rodrigues, do quadro de pessoal da Direção Geral do Património e de Contratação Pública, do Ministério das Finanças, para o quadro de pessoal da Direção das Contribuições e Impostos, da Direção Nacional de Receitas do Estado. 1677

Extracto de despacho nº 1888/2016:

Nomeando definitivamente Geviane Evangeline Lopes Almada, no quadro da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, no cargo de técnico de finanças, nível I. 1677

Extracto de despacho nº 1889/2016:

Nomeando definitivamente Ivanísia Fonseca Fortes, no quadro da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, no cargo de técnico de finanças, nível I. 1678

Extracto de despacho nº 1890/2016:

Nomeando definitivamente Aleida Simone da Cruz Fortes, no quadro da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, no cargo de técnico de finanças, nível I. 1678

Extracto de despacho nº 1891/2016:

Nomeando definitivamente Adilson Jorge Ledo Lopes Semedo no quadro da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, no cargo de técnico de finanças, nível I. 1678

Extracto de despacho nº 1892/2016:

Aprovando a lista definitiva de transição de pessoal da Inspeção Geral de Finanças. 1678

Extracto de despacho nº 1893/2016:

Aprovando a lista definitiva de transição de pessoal técnico de Finanças. 1679

Direção Nacional da Administração Pública:**Extracto de despacho nº 1894/2016:**

Dando por finda a comissão ordinária de serviço de Alfredo Isidoro Araújo de Pina, no cargo de Director de Serviço de Recursos Humanos e Emprego Público. 1681

Extracto de despacho nº 1895/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Maria do Livramento Monteiro na qualidade de mãe representante do filho deficiente de José Carlos Fortes Semedo Tavares ex- aposentado. 1681

Extracto de despacho nº 1896/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Maria Gomes Semedo Fortes na qualidade de cônjuge sobrevivido de José Carlos Fortes Semedo Tavares ex- aposentado. 1681

Extracto de despacho nº 1897/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Pedro Marques de Oliveira, na qualidade de cônjuge sobrevivido de Maria Odete Semedo ex- aposentada. 1681

Extracto de despacho nº 1898/2016:

Fixando pensão de sobrevivência da senhora Maria de Fátima Fortes Delgado Piedade, na qualidade de filho maior de Nilza Mendes Delgado ex-professora; 1682

Extracto de despacho nº 1899/2016:

Aposentando Tomásia Moreira, oficial quarto ajudante do quadro de pessoal do Ministério da Justiça e Trabalho. 1682

Extracto de despacho nº 1900/2016:

Aposentando Agostinho Sanches de Barros, ajudante serviços gerais do quadro de pessoal do Ministério da Saúde e da Segurança Social; 1682

Extracto de despacho nº 1901/2016:

Aposentando Honorata Pereira Moreno professor do ensino básico assistente nível I do quadro de pessoal do Ministério da Educação 1682

Extracto de despacho nº 1902/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Maria Teresa Tavares Rocha na qualidade de mãe representante da filha menor de José Carlos Fortes Semedo Tavares ex- aposentado. 1682

Extracto de despacho nº 1903/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Romualda Mendes Carvalho, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante dos filhos menores de Ermelindo Correia Monteiro ex-apoio operacional. ... 1682

Extracto de despacho nº 1904/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Alberto Andrade Monteiro na qualidade de Unido de Facto reconhecido de Nilza Mendes, ex-professora. 1683

Extracto de despacho nº 1905/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Gregória Mendes Tavares na qualidade de cônjuge sobrevivente de José Gomes de Nascimento ex- aposentado. 1683

Extracto de despacho nº 1906/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Elber Alberto Delgado Monteiro, na qualidade de filho maior de Nilza Mendes Delgado ex-professora. 1683

Extracto de despacho nº 1907/2016:

Fixando pensão de sobrevivência a Manuel António Andrade Silva Mendonça, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Ana Maria Galina Pires Mendonça, ex-professora. 1683

Extracto de despacho nº 1908/2016:

Retificando a aposentação de Alda Maria Martins Silva Lima professora do ensino secundário nível II do quadro do Ministério da Educação. 1683

Extracto de despacho nº 1909/2016:

Aposentando Carlos do Rosário Varela professor do ensino secundário nível II do quadro do Ministério da Educação. 1683

Extracto de despacho nº 1910/2016:

Aposentando António Vicente Landim Monteiro professor do ensino básico do quadro de pessoal do Ministério da Educação. 1683

Extracto de despacho nº 1911/2016:

Aposentando Fernanda Alice Mendes Varela Martins professora do ensino básico assistente nível I do quadro de pessoal do Ministério da Educação. 1683

Extracto de despacho nº 1912/2016:

Aposentando Maria Cândida Ramos Silva professora do ensino secundário nível III do quadro de pessoal do Ministério da Educação. 1684

Extracto de despacho nº 1913/2016:

Aposentando Maria do Céu da Cruz Silva apoio operacional nível II do quadro de pessoal do Ministério da Educação. 1684

Extracto de despacho nº 1914/2016:

Aposentando Manuel de Jesus Costa Barros monitor especial do quadro de pessoal do Ministério da Educação. 1684

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO:

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

Extracto de despacho conjunto nº 1915/2016:

Nomeando Carlos Alberto Brazão Carvalho Leão Monteiro, para exercer as funções de Representante Permanente de Cabo Verde no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), em Montreal. 1684

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:***Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto do despacho nº 1916/2016:**

Dando por finda a comissão ordinária de serviço de Eugénia Maria Rodrigues Soares no cargo de Delegada da Direção-Geral do Trabalho, da Delegação Regional de São Vicente.. 1684

Extracto do despacho nº 1917/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Eugénia Maria Rodrigues Soares técnica superior, do quadro do pessoal da Direção-Geral do Trabalho, do Ministério da Justiça e Trabalho.. 1684

Retificação nº 199/2016:

Rectificando o extrato do despacho publicado no *Boletim Oficial* nº 46, II Série, de 14 de Setembro de 2016 nomeando, Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves, para exercer em comissão de serviço o cargo de Conservador Chefe, Nível I, na Conservatória do Registo Predial da Praia.. 1685

Retificação nº 200/2016:

Rectificando o extrato do despacho publicado no *Boletim Oficial* nº 46, II Série, de 14 de Setembro de 2016 nomeando, Maria Albertina Tavares Duarte, para exercer em comissão de serviço o cargo de Conservadora Chefe, Nível I, na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia.. 1685

Retificação nº 201/2016:

Rectificando o extrato do despacho publicado no *Boletim Oficial* nº 46, II Série, de 14 de Setembro de 2016 nomeando, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, para exercer em comissão de serviço o cargo de Notária Chefe, Nível II, no Cartório Notarial de Santa Catarina de Santiago. 1685

Direção Nacional da Polícia Judiciária:**Extracto de despacho nº 1918/2016:**

Nomeado Alfredo Isidoro Araújo de Pina, para em regime de substituição, exercer o cargo de Director do Departamento de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimonial da Polícia Judiciária.. 1685

Extracto do despacho nº 1919/2016:

Dá por finda, a comissão de serviço de Maria de Fátima de Pina Barros, do cargo de Directora dos Recursos Humanos, Financeiros e Patrimonial da Polícia Judiciária.. 1685

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:***Serviço de Gestão de Recursos Humanos:*****Extracto de despacho conjunto nº 1920/2016:**

Requisitando, Gil Albino Amílcar da Costa Vaz e José Pedro Costa Vaz, para em comissão ordinária de serviço exercer funções na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, respetivamente.. 1685

Extracto de despacho conjunto nº 1921/2016:

Requisitando, Maria João Delgado Brito, para em comissão ordinária de serviço, exercer função na Câmara Municipal do Sal..... 1685

Extracto de despacho nº 1922/2016:

Nomeando Kátia Helena de Pina de Melo Furtado dos Santos, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de secretária da de S. Ex^a a Ministra da Educação.. 1686

Extracto de despacho nº 1923/2016:

Destacando Luis Correia Xavier Pinto, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação do concelho do Praia, para exercer funções de Coordenador do Programa de Integração dos Toxicodependentes no Ministério da Família e Inclusão Social..... 1686

Extracto de despacho nº 1924/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Rosa Elina Aguilar Pazos quadro do pessoal da Escola Secundário Dr. José Augusto Pinto – São Vicente e Evelyne Ekué Ayivi, quadro do pessoal do Liceu Domingos Ramos, respetivamente.. 1686

Extracto de despacho nº 1925/2016:

Prorrogando licença sem vencimento a Adelino Varela Vaz, quadro da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia..... 1686

Extracto de despacho nº 1926/2016:

Concedendo licença sem vencimento a Walter Sandro Ramos, quadro da Escola Secundária Manuel Lopes.. 1686

Extracto de despacho nº 1927/2016:

Destacando Alcides da Silva Gonçalves, para exercer funções de responsável concelhio de FICASE no Concelho de São Miguel.. 1686

Extracto de despacho nº 1928/2016:

Dado por findo, o destacamento de José Henrique Gomes Correia, nas funções de responsável Concelhio da FICASE, em São Miguel e prorrogando licença sem vencimento a Luiza Gonzaga do Rosário Dias Lopes, quadro do pessoal da Escola Técnica João Varela – Porto Novo..... 1686

Extracto de despacho nº 1929/2016:

Rescindindo o contrato de trabalho de Maria Mosarata Gomes Ferreira, onde exercia função de professora do ensino secundária assistente, nível II; concedendo licença sem vencimento a Nédil da Silva Pereira Semedo e Artemisa da Conceição Moreno Gonçalves, quadro de pessoal do Ministério da Educação; e suspendendo o contrato a Domingos Fernandes Monteiro Lobo para exercer o cargo de Diretor de Ambiente e Saneamento, Energia e Água, na Câmara Municipal da Boa Vista.....1686

Extracto de despacho nº 1930/2016:

Nomeado definitivamente, Felisberto Gomes Timas, para o quadro da Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino da Costa.....1687

Extracto de despacho nº 1931/2016:

Autorizado a progressão de António Lopes Rodrigues, professor do ensino secundário da Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino da Costa.....1687

Aviso nº 33/2016:

Citando João Manuel Miranda Martins, Professor do Ensino Básico Assistente, nível I, para se defender em processo que decorre os trâmites na Inspeção Geral da Educação.....1687

Comunicação nº 109/2016:

Comunicando que Djalice Alice Lopes Mendes, que se encontrava de licença sem retribuição retomou as suas funções.....1687

Comunicação nº 110/2016:

Comunicando que José Socorro Lopes Gomes, que se encontrava de licença sem retribuição retomou as suas funções.....1687

Comunicação nº 111/2016:

Comunicando que Ana Maria Vieira Andrade, que se encontrava de licença sem retribuição retomou as suas funções.....1687

Comunicação nº 112/2016:

Comunicando que Adilson Moacha Teixeira, que se encontrava de licença sem retribuição retomou as suas funções.....1687

Comunicação nº 113/2016:

Comunicando que Bento Alexandre Lima Fortes Oliveira, foi dado por findo a comissão de serviço, enquanto assessor para as Artes Visuais no Ministério da Cultura, regressando as funções no quadro de origem.....1687

Comunicação nº 114/2016:

Comunicando que Avelina Correia Teixeira, que se encontrava de licença sem retribuição retomou as suas funções.....1687

Comunicação nº 115/2016:

Comunicando que Luís Filipe Modesto encontra definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer atividade profissional.....1687

Rectificação nº 202/2016:

Retificando o despacho referente a promoção por menção do mérito excepcional de Carlos Barros Frederico, da Escola Secundária Fulgêncio Tavares.....1687

Rectificação nº 203/2016:

Retificando o despacho referente ao reenquadramento de Alda Maria Martins Silva Lima, da Escola Secundária Januário Leite.....1687

Rectificação nº 204/2016:

Retificando o despacho referente ao reenquadramento de Antero da Conceição Monteiro Fernandes, da Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos.....1687

MINISTÉRIO DA CULTURA E DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS:**Arquivo Nacional de Cabo Verde:****Extracto de despacho nº 1933/2016:**

Concedendo licença sem retribuição a Maria José Lopes, técnica superior principal, do Arquivo Nacional de Cabo Verde.....1688

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL:**Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:****Extracto de despacho nº 1934/2016:**

Nomeando, João Baptista Tavares Semedo, em comissão de serviço, para exercer as funções de Director da Região Sanitária de Santiago Norte - Serviço autónomo (RSSS).....1688

Extracto de despacho nº 1935/2016:

Autorizando, Maria do Livramento Monteiro, enfermeira assistente, que se encontrava de licença sem vencimento para formação o regresso ao serviço.....1688

	<p>Extracto de despacho nº 1936/2016: Colocando os técnicos de nível I, do quadro do pessoal da Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, conforme se indicam..... 1688</p> <p>Extracto de despacho nº 1937/2016: Concedendo licença sem vencimento a Claudia Helena Gomes dos Santos, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em serviço na Delegacia de Saúde de Santa Catarina..... 1688</p> <p>Extracto de despacho nº 1938/2016: Destacando Josefa Pereira Furtado Varela, do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, em serviço na Delegacia de Saúde da Praia, para exercer as suas funções no Hospital Dr. Agostinho Neto..... 1688</p> <p>Extracto de despacho nº 1939/2016: Colocando em regime de dedicação exclusiva Daniel Silves Ferreira, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério de Saúde e Segurança Social, exercendo a função na Extensão Trindade do Hospital Agostinho Neto..... 1688</p> <p>Extracto de despacho nº 1940/2016: Colocando em regime de dedicação exclusiva Jorge Eduardo St'Aubyn de Figueiredo, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério de Saúde e da Segurança Social..... 1689</p> <p>Extracto de despacho nº 1941/2016: Dando por finda a comissão de serviço da médica geral, Elisa Santos Lopes, por ter terminado a sua especialização em Ginecologia e Obstetria..... 1689</p> <p>Extracto de despacho nº 1942/2016: Dispensada de prestação de serviços de urgência hospitalar Filomena Libânia Monteiro Évora, do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social..... 1689</p> <p>Rectificação nº 205/2016: Rectificando, a concessão de licença sem vencimento da médica, Artemisa Maria Barbosa Semedo Marques..... 1689</p> <p>MINISTRA DAS INFRA-ESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO: <i>Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão:</i></p> <p>Extracto de despacho nº 1943/2016: Dando por fim da comissão de serviço de Eileen Almeida Barbosa, no cargo de assessora de S. Exª Ministra das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação..... 1689</p>
PARTE E	<p>INSTITUTO DE GESTÃO DA QUALIDADE E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL: <i>Gabinete do Presidente:</i> Despacho de homologação: Publicação de despachos de adoção e homologação de Normas..... 1689</p>
PARTE G	<p>ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS CABOVERDIANOS: <i>Conselho Directivo:</i> Deliberação nº 51/2016: Aprovando alterações aos estatutos da Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos, aprovadas pelo VIII Congresso Nacional da ANMCV..... 1690</p> <p>MUNICÍPIO DA PRAIA: <i>Câmara Municipal:</i> Deliberação nº 49/2016: Nomeia Valdir Frederico para desempenhar o cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal da Praia..... 1690</p> <p>Deliberação nº 49/2016: Nomeia Emarilis Lopes para Chefe de Divisão de Gestão dos Espaços Públicos na Direcção de Infraestruturas e Transportes Câmara Municipal..... 1690</p> <p>MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR DO MUNDO: <i>Câmara Municipal:</i> Extracto de despacho nº 1944/2016: Concedendo licença sem vencimento a Silvino de Melo Vaz, apoio operacional nível II, do quadro da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo..... 1690</p> <p>MUNICÍPIO DO SAL: <i>Câmara Municipal:</i> Extracto de despacho nº 1945/2016: Nomeando Aldirley Fortes Barros Gomes para, em regime de comissão de serviço, exercer o cargo de assessor de S. Exº o Presidente da Câmara Municipal do Sal..... 1691</p>

PARTE I 1	<p>MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO: Câmara Municipal: Rectificação nº 206/2016: Rectificando, o extracto de deliberação publicado no <i>Boletim Oficial</i> nº 59, II Série de 8 de Dezembro de 2016 referente a fim de comissão de serviço de Adalberto Horta Mendes, do cargo de Secretário Municipal substituto da Câmara do Tarrafal..... 1691</p>
	<p>ASSEMBLEIA NACIONAL: Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros: Anúncio de concurso nº 36/2016: Anunciando a abertura do concurso externo para o preenchimento, em regime de contrato de trabalho a termo certo, de 1 (uma) vaga de Pessoal de Apoio Operacional nível II - Ex-Técnico Profissional de 2º nível - do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, para a área de som da Divisão de Redacção e Audiovisual,..... 1691 Anúncio de concurso nº 37/2016: Anunciando a abertura do concurso externo para o preenchimento de duas vagas no cargo de técnico parlamentar de segunda classe para as áreas de Edições e de Comunicação do Núcleo Museológico da Direcção de Serviços de Documentação e Informação Parlamentar.. 1692 Anúncio de concurso nº 38/2016: Anunciando a abertura do concurso externo para o preenchimento de uma vaga no cargo de técnico parlamentar de segunda classe para a área de Realização da Divisão de Redacção e Audiovisual.. 1694 INPRENSA NACIONAL DE CABO VERDE: Conselho de Administração: Anúncio de concurso nº 39/2014: Tornando público que se encontra aberto o concurso externo, para o recrutamento de um Jurista para exercer a função a tempo inteiro mediante contrato de trabalho na sua sede na Cidade da Praia. 1695</p>

PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Direção Geral de Administração

Extracto de Despacho nº 1882/2016 – De S. Exª o Presidente da República:

De 15 de Dezembro de 2016:

Ao abrigo do disposto no número 3 do artigo 42º da Lei nº 13/VII/2007, de 2 de Julho e do artigo 97º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, na redacção dada pela Lei nº 1/IX/2016, de 11 de Agosto, é renovado a nomeação de António Francisco Gomes Miranda, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de assessor especial de S. Exª o Presidente da República, com efeitos a partir do dia 20 de Outubro de 2016.

(Isento de visto pelo Tribunal de Contas.)

Direção Geral de Administração da Presidência da República, na Praia, aos 22 de Dezembro de 2016. – O Director Geral, *Gabriel Silva Gonçalves*.

PARTE B

PROVEDORIA DA JUSTIÇA

Gabinete do Provedor

Extrato de despacho nº 1883/2016 – De S. Exª o Provedor de Justiça:

De 20 de Dezembro de 2016:

Júlio Fernando Leite dos Reis Mascarenhas, licenciado em Direito e pós-graduado em Direito Intelectual pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo concluído o estágio probatório para exercer o cargo de técnico, nível I, é nomeado definitivamente no respetivo cargo, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 14 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de fevereiro, e os n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º da Lei nº 42/VIII/2009, de 27 de julho, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2016.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 02, 06, 03, 06 do Orçamento Privativo da Assembleia Nacional para a instalação do Provedor de Justiça.

Gabinete do Provedor de Justiça, na Praia aos 21 de dezembro de 2016. –O Diretor de Gabinete, *Fernando Jorge Barbosa Ferro*.

PARTE C**CONSELHO DE MINISTROS****Resolução nº 104/2016 (II Série)****de 29 de Dezembro**

Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão

É dada por finda a comissão de serviço de Antonieta Auselinda da Conceição Lopes, no cargo de Curadora da Biblioteca Nacional de Cabo Verde.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 22 de dezembro de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 105/2016 (II Série)**de 29 de Dezembro**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, repriminado pelo artigo 2.º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Benvindo do Rosário Figueiredo Oliveira, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretor-geral da Política de Justiça, no Ministério da Justiça e Trabalho.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 28 de setembro de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 106/2016 (II Série)**de 29 de Dezembro**

Considerando a Resolução n.º 17/2013, de 30 de agosto, que nomeou os membros do Conselho de Administração da Agência de Aviação Civil, para o primeiro mandato;

Atendendo que o mandato dos atuais administradores do Conselho de Administração da AAC se caducou;

Considerando a intenção do Governo em proceder à renovação do mesmo;

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 14/VIII/2012, de 11 de julho, alterada pela Lei n.º 103/VIII/2016, de 6 de janeiro, conjugado com os n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º do Decreto-lei n.º 70/2014, de 22 de dezembro, e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Renovação

É renovado o mandato dos membros do Conselho de Administração da Agência de Aviação Civil, no cargo que se indica:

a) Octávio Augusto Pinheiro Pires de Oliveira, Administrador Executivo; e

b) Rui Alexandre Almeida Fortes Figueiredo Soares, Administrador Executivo.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a 1 de setembro de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 107/2016 (II Série)**de 29 de Dezembro**

Ao abrigo do artigo 31.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Fim de comissão

É dada por finda, a seu pedido, a comissão de serviço de Cipriano Semedo Soares de Carvalho, no cargo de Diretor-geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Economia e Emprego.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2016.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 108/2016 (II Série)**de 29 de Dezembro**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do estatuto da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV), EPE, aprovado pelo Decreto-lei n.º 30/2012, 15 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

São nomeados os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV), EPE, no cargo que se indica:

a) Sérgio Miguel de Melo Sequeira, Presidente; e

b) Fernando José Ramos da Cruz, Administrador Executivo.

Artigo 2.º

Renovação de mandato

É renovado o mandato de Filomena Rosa Pinto Ribeiro, no cargo de Administradora não Executiva do Conselho de Administração da EHTCV, EPE.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 7 de novembro de 2016.

Aprovada em Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2016

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

CHEFIA DO GOVERNO

Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho conjunto nº 88/2016

de 20 de Dezembro

Prevendo a Resolução n.º 84/2016 de 18 de Novembro aprovado em Conselho de Ministro no seu artigo 3.º que a coordenação intersectorial é exercida por um técnico nomeado por Despacho do Primeiro-ministro, torna-se necessário de acordo com o Despacho n.º 81/2016 de 28 de Novembro, e no âmbito dos artigos 4.º e 5.º da resolução n.º 84/2016 de 18 de Novembro, articular gradativamente todos os aspetos de pormenor e de coordenação desse quadro, em ordem a torna-lo mais eficiente para definir os princípios organizacionais a que devem obedecer os critérios para atingir os objetivos e metas da competitividade fiscal, da competitividade do turismo e do Higher Education and Training Index;

Determina-se o seguinte:

1. A requisição de Edna José Gonçalves Mascarenhas, técnico sénior nível II do mapa do pessoal dos serviços de estudos, planeamento e cooperação, do Ministério da Educação, para coadjuvar Adalberto Higino Tavares Silva, coordenador Intersectorial nas funções estabelecidas nos termos do artigo 2.º, 4.º e 5.º da Resolução n.º 84/2016 de 18 de novembro.

O presente despacho entra em vigor no dia seguinte a sua publicação.

Gabinetes do Primeiro-Ministro e da Ministra da Educação, na Praia aos 20 de dezembro de 2016. – O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva* e a Ministra de Educação, *Maritza Rosabal*.

Despacho nº 89/2016

de 21 de Dezembro

Ao abrigo do artigo 19º de Decreto-Legislativo nº 2/95, o Primeiro-Ministro determina o seguinte:

1. É delegada no Ministro da Defesa a competência de conferir posse ao Tenente – Coronel Casimiro Moreno Tavares, para o exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Fundação Social das Forças Armadas, nomeado nos termos do Despacho do Primeiro-Ministro nº 85/2016, de 2 de dezembro.

2. O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, ficando por este meio, ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Ministério da Defesa que se incluam nesta delegação de competência.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia aos 21 de dezembro de 2016. – O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Direção Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão da Chefia do Governo

Extrato de despacho conjunto nº 1884/2016 – De S. Ex^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Desporto e de S. Ex^a o Ministro da Saúde e Segurança Social:

De 17 de outubro de 2016:

Amarina Delgado Monteiro, técnica nível I, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, transferida ao abrigo do artigo 5º do Decreto-Lei nº 54/2009 de 7 de dezembro de 2009, para o Ministério da Saúde e da Segurança Social, na categoria que detém no seu cargo de origem.

Extrato do despacho nº 1885/2016 – De S. Ex^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Desporto:

De 21 de dezembro de 2016:

Eileen Almeida Barbosa, técnica nível I, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, concedida licença sem vencimento de longa duração,

nos termos do nº 1 do artigo 50º, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2017.

Extrato do despacho nº 1886/2016 – De S. Ex^a o Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Desporto:

De 21 de dezembro de 2016:

Orlanda Lopes Correia Monteiro, técnica nível I, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, concedida licença sem vencimento de 2 (dois) anos, nos termos do nº 1 do artigo 48º, do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2017.

Extrato de contrato de gestão nº 34/2016

De 16 de Novembro de 2016:

Marco António da Cruz Silva, licenciado em Administração, contratado ao abrigo do artigo 27º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de novembro, e nº 5 do artigo 7º da Resolução nº 54/2016 de 3 de junho, para mediante contrato de gestão celebrado com a Comissão Nacional organizadora do IV Fórum Mundial de Desenvolvimento Local, para desempenhar o cargo de Secretário Executivo, com efeitos a partir de 7 de novembro de 2016.

Os encargos correspondentes estão inscritos no Orçamento de Investimento de 2016 da Direção Geral da Descentralização e Administração Local no projeto, 50.04.01.01.27, Fórum Internacional de Administração Local e Boa Governação, a rubrica 02.01.01.03. – Pessoal Contratado.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, na Praia, aos 23 de dezembro de 2016. – P¹a Diretora Geral, *Maria Alice Lacerda Costa*.

o

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extrato de despacho nº 1887/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 2 de Setembro de 2016:

Maria do Livramento Spencer Rodrigues, técnico auxiliar de finanças principal, referência 8, escalão D, do quadro de pessoal da Direção Geral do Património e de Contratação Pública, do Ministério das Finanças, é autorizado a sua transferência, para o quadro de pessoal da Direção das Contribuições e Impostos, da Direção Nacional de Receitas do Estado, na categoria de técnico tributário auxiliar principal, referência 9, escalão B, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extrato de despacho nº 1888/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 21 de Novembro de 2016:

Geviane Evangeline Lopes Almada, licenciada em gestão de empresas, especialização em finanças, aprovada em estágio probatório na Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, é nomeada definitivamente no quadro da respetiva Direção Nacional, no cargo de técnico de finanças, nível I, nos termos do nº 1 do artigo 35º do Decreto-Lei nº 24/2016 de 6 de Abril, nº5 do artigo 13º da Lei nº102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 43/2014 de 12 de Agosto, com efeitos a 17 de Novembro de 2016.

Extrato de despacho nº 1889/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 21 de Novembro de 2016:

Ivanísia Fonseca Fortes, licenciada em administração, aprovada em estágio probatório na Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, é nomeada definitivamente no quadro da respetiva Direção Nacional, no cargo de técnico de finanças, nível I, nos termos do nº 1 do artigo 35º do Decreto-Lei nº 24/2016 de 6 de Abril, nº 5 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 43/2014 de 12 de Agosto, com efeitos a 17 de Novembro de 2016.

Extrato de despacho nº 1890/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 21 de Novembro de 2016:

Aleida Simone da Cruz Fortes, licenciada em administração, aprovada em estágio probatório na Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, é nomeada definitivamente no quadro da respetiva Direção Nacional, no cargo de técnico de finanças, nível I, nos termos do nº 1 do artigo 35º do Decreto-Lei nº 24/2016 de 6 de Abril, nº 5 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 43/2014 de 12 de Agosto, com efeitos a 17 de Novembro de 2016.

Extrato de despacho nº 1891/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 21 de Novembro de 2016:

Adilson Jorge Ledo Lopes Semedo, licenciado em direito, aprovado em estágio probatório na Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, é nomeado definitivamente no quadro da respetiva Direção Nacional, no cargo de técnico de finanças, nível I, nos termos do nº 1 do artigo 35º do Decreto-Lei nº 24/2016 de 6 de Abril, nº 5 do artigo 13º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com o nº 1 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 43/2014 de 12 de Agosto, com efeitos a 17 de Novembro de 2016.

Extrato de despacho nº 1992/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 24 de Novembro de 2016:

É aprovado a lista definitiva de transição de pessoal da Inspeção Geral de Finanças, ao abrigo do artigo 41º do Decreto-Lei nº 23/2016 de 6 de Abril, conforme a tabela em anexo, com efeitos a partir de 6 de Abril do corrente ano.

Anexo

Inspeção Geral das Finanças				
Nome Funcionário	Situação Laboral	Centro de Custo	Transição novo PCCS	
			Cargo	Nível
Regime de Carreira				
Alcinda Pereira Sousa Duarte	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Especialista	Nível II
Marciano Ramos Moreira	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Especialista	Nível II
Edelfride de Santa Filomena Semedo Sousa Barbosa Almeida	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Especialista	Nível II
José Pedro Da Costa Delgado	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Especialista	Nível II
Antonio Pedro Tavares Silva	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Especialista	Nível II
Maria Teresa Barbosa Mendes	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível II
José Maria Mendes Cardoso	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível II

Joao Emanuel dos Santos Barbosa Mendes	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível III
Paulino Semedo Frederico	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível I
José Rui de Pina Tavares	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível I
Domingos Pascoal Monteiro Lopes	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível II
Euclides Tavares Centeio Barbosa	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível I
Antonio Luis Semedo	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Especialista	Nível II
Lucídio Mendes Moreira	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Especialista	Nível II
Renato Lopes Fernandes	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível III
Paula Ermelinda Figueiredo A. Vieira	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível I
Adriana dos Santos Moreno Mosso	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível I
Paulo Jorge Semedo Monteiro	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível II
Maria Conceição Soares Moreno	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Gabriel Romualdo Neves	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças Sénior	Nível I
Dairy Vander Maurício Rocha	Contratado regime substituição	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Teodoro Manuel Lima Monteiro	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Vanessa Cristina Mendes Moreno	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Eliane Sueli da Luz dos Santos	Contratada Estagio Probatório	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Cláudia Margarida Tavares Miranda	Contratada Estagio Probatório	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Deisa da Conceição Vieira Monteiro	Contratada Estagio Probatório	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Adérito Jorge de Brito Martins	Contratado Estagio Probatório	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Francisco Neves Dias	Contratado regime substituição	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Marísia Adriana dos Reis Araújo	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Cristina da Luz Morais da Cruz	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível II
Silvestre José Barbosa Mendes	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I
Carmen Maria Cunha Tavares	Quadro	Funcionamento - Inspeção Geral das Finanças	Inspector de Finanças	Nível I

Extrato de despacho nº 1893/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 24 de Novembro de 2016:

É aprovado a lista definitiva de transição de pessoal técnico de Finanças, ao abrigo do artigo 44º do Decreto-Lei nº24/2016 de 6 de Abril, conforme a tabela em anexo, com efeitos a partir de 06 de Abril do corrente ano.

Anexo

Direção Geral do Património e da Contratação Pública				
Nome Funcionário	Situação Laboral	Centro Custo	Transição novo PCCS	
			Cargo	Nível
Regime de Carreira - Pessoal Técnico de Finanças				
Cremilda Lopes Carvalho	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Brigitte Apolline Catherine Soumah	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico de Finanças Sénior	Nível II
Carlos Alberto Moreno Tavares	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico de Finanças Sénior	Nível II
Maria Da Conceição Tavares Lopes	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico de Finanças	Nível III
Paulo Augusto Teixeira Vieira	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico de Finanças	Nível I
Maria Serafina Rocha Alves Tavares	Quadro		Técnico de Finanças	Nível II
Maria José Silva Jorge Monteiro	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico de Finanças	Nível III
Debora de Jesus Borges Vieira	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico de Finanças	Nível I
Carreira Transitória - Pessoal Técnico de Finanças Assistente				
Antonio Avelino Costa E Silva	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico Assistente de Finanças	Nível VI
Emanuel Rodrigues Semedo	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico Assistente de Finanças	Nível III
Maria De Fátima Ramos Moreira	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Técnico Assistente de Finanças	Nível II
Regime de Emprego				
Maria Livramento Spencer Rodrigues	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Assistente Técnico	VI
Marcelino De Lurdes Mendes De Oliveira Tavares	Quadro	Funcionamento - Direção Geral do Património do Estado	Apoio Operacional	VI

Direção Geral do Tesouro				
Nome Funcionário	Situação Laboral	Centro Custo	Transição novo PCCS	
			Cargo	Nível
Regime de Carreira - Pessoal Técnico de Finanças				
Rosa Nascimento Pinheiro	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestao de Contas	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Elizabeth Maria Fernandes Carvalho Silva Mendes	Quadro		Técnico de Finanças Especialista	Nível I
José Emanuel Tavares Moreira	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Celina Maria De Carvalho Cruz	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças Sénior	Nível II
Luís Severino Tavares Silva	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças Sénior	Nível III
Carlos Manuel Barreto dos Santos	Quadro		Técnico de Finanças Sénior	Nível III
Alexandre Guilherme Vieira Fontes	Quadro		Técnico de Finanças Sénior	Nível I
João Apolónio Semedo Furtado	Quadro	Funcionamento - Direção Geral das Contribuições e Impostos	Técnico de Finanças Sénior	Nível II
Kátia Cristina Dos Santos Silva Sousa Rodrigues	Quadro		Técnico de Finanças Sénior	Nível I
Esana Jaquelina Fernandes Silva Soares De Carvalho	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças Sénior	Nível I
Conceição Maria Barros Alfama	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível I
Elisângela Patrícia Lopes Fernandes Levy	Quadro	Funcionamento - Serviço Participadas	Técnico de Finanças	Nível I
Euclides José Semedo Fernandes	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível I
Fernanda Maria da Graça Soares	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível III
Marco António Baptista Inocêncio	Quadro	Funcionamento - Operações Financeiras	Técnico de Finanças	Nível I
Malaquias Gomes Lopes	Quadro	Funcionamento - Operações Financeiras	Técnico de Finanças	Nível I
Mário Lúcio Queijas Vaz	Contratado regime Substituição	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível I
Osvaldina Varela Sena	Contratado	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível I
Rosilena Teixeira Mendes	Contratado	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível I
Rui Lopes Tavares	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível I
Osvaal Rocha Andrade Romão	Quadro		Técnico de Finanças	Nível II

Samira da Luz Silva Santos	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível I
Jacira Tatiana Varela Sena	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico de Finanças	Nível I
Carreira Transitória - Pessoal Técnico de Finanças Assistente				
Denise Manuela Monteiro Almeida	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Técnico Assistente de Finanças	VI
Maria de Fátima dos Santos Lopes	Quadro	Funcionamento - Operações Financeiras	Técnico Assistente de Finanças	VI
Elizabeth Fantaw Carvalho Semedo	Quadro		Técnico Assistente de Finanças	VI
Regime de Emprego				
José Augusto Cruz de Castro Araújo	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Assistente Técnico	VI
Maria Rita Alves dos Santos Pinto	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Assistente Técnico	VI
Augusta Correia Fonseca	Quadro	Funcionamento - Tesouraria e Gestão de Contas	Apoio Operacional	VI

Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública				
Nome Funcionário	Situação Laboral	Centro Custo	Transição novo PCCS	
			Cargo	Nível
Regime de Carreira - Pessoal Técnico de Finanças				
Carlos Jorge Pereira Rodrigues	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Filomena Maria Rodrigues Monteiro	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Vera Liliana De Melo Fonseca De Morais	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Claudino Maria Monteiro Semedo	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Antónia dos Reis Tavares Ortet	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças Sénior	Nível I
Silvino Pires Amador	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças	Nível II
Conceição Alves Cardoso	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças	Nível I
Eunice Maria Dos Santos Leitão Mosso	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças	Nível III

Karina Mercês Dos Santos Silva Sousa Rodrigues	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças	Nível III
Rosa Maria dos Santos Monteiro	Quadro	Funcionamento - Orçamento Público	Técnico de Finanças	Nível II
Maria Rosa Vieira Tavares Lopes	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
João Domingos Barros Correia	Quadro		Técnico de Finanças	Nível I
Arrigo André Varela ferreira Querido dos Reis	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Edmilson Lopes Fortes	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Fernando Moreno Tavares	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível II
Isabel Vieira Cardoso	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível II
Jacqueline Da Cruz Silva Andrade	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Maria das Dores Gomes dos Santos	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Maria de Fatima Ramos Monteiro	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Sandra Elisângela dos Santos Centeio Batalha da Veiga,	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Adilson Jorge Ledo Lopes Semedo	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Adeida Simone da Cruz Fortes	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Geniane Evangeline Lopes Almada	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Ivanisia Fonseca Fortes	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Leida Patricia Moreira Tavares	Contratada Estagio Probatório	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico de Finanças	Nível I
Domingos Rodrigues Gomes Andrade	Quadro		Técnico de Finanças	Nível I
Denise dos Reis Borges Ramos	Quadro		Técnico de Finanças	Nível I
Paulo de Brito Lopes	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico de Finanças	Nível I

Carreira Transitória - Pessoal Técnico de Finanças Assistente				
Felisbela Maria Correia Silva	Quadro	Funcionamento - Gestão de Orçamento Público	Técnico Assistente de Finanças	Nível VI
Carlos Alberto Pires	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico Assistente de Finanças	Nível VI
Maria de Fatima Lopes Horta	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Técnico Assistente de Finanças	Nível VI
Regime de Emprego				
Ana Paula Delgado Soares Carvalho Veiga	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Apoio Operacional	Nível VI
Linete Moreno Ramos	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Apoio Operacional	Nível VI
Maria Da Conceição Ribeiro Da Silva	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Apoio Operacional	Nível VI
Maria Eunice Mendes Garcia	Quadro	Funcionamento - Gestão de Contas Públicas	Apoio Operacional	Nível VI

Direção Nacional do Planeamento				
Nome Funcionário	Situação Laboral	Centro Custo	Transição novo PCCS	
			Cargo	Nível
Regime de Carreira - Pessoal Técnico de Finanças				
Albertina Rocha Costa	Quadro	Mobilização De Recursos	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Carlos Augusto Duarte Burgo	Quadro	Planeamento, Seguimento E Avaliação	Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Vera Helena Pires Almeida	Quadro		Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Albertino dos Ramos	Quadro		Técnico de Finanças Especialista	Nível I
Victor Afonso Gonçalves Fidalgo	Quadro		Técnico de Finanças Sénior	Nível I
Ângelo Alberto Lopes Barbosa	Quadro		Técnico de Finanças Sénior	Nível I
Recilete Delgado Joia	Quadro	Planeamento, Seguimento E Avaliação	Técnico de Finanças	Nível I
Rui Firmino de Faria Maia	Quadro	Mobilização de Recursos	Técnico de Finanças	Nível I

Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério das Finanças na Praia, aos 23 de Dezembro de 2016. – A Directora Geral, *Jessica Sancha*.

Direcção Nacional da Administração Pública

Extrato de despacho nº 1894/2016 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 16 de dezembro de 2016:

É dada por finda, a comissão ordinária de serviço ao Alfredo Isidoro Araújo de Pina, no cargo que exercia como Director de Serviço dos Recursos Humanos e Emprego Público, da Direcção Nacional da Administração Pública, nos termos do artigo 31º do Decreto-Lei nº 59/2014 de 4 de Novembro.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 22 de Dezembro de 2016

Extrato de despacho nº 1895/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 2 de Novembro de 2016:

Maria do Livramento Monteiro, na qualidade de mãe representante do filho maior deficiente, de José Carlos Fortes Semedo, ex- aposentado, falecido a 18 de Agosto de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor do filho maior deficiente no valor anual de 27.048\$00 (vinte e sete mil e quarenta e oito escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filho maior:

Keven Raúl Monteiro Fortes Tavares 27.048\$00

Tem a pagar a quantia de 39.222\$00, quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Pensão de sobrevivência que serão amortizáveis em 160 prestações mensais e consecutivas no valor de 245\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 18 de Agosto de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extrato de despacho nº 1896/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 7 de Novembro de 2016:

Maria Gomes Semedo Fortes na qualidade de cônjuge sobrevivente de José Carlos Fortes Semedo Tavares, aposentado, falecido a 18 de Agosto de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor da viúva no valor anual de 54.096\$00 (cinquenta e quatro mil e noventa e seis escudos), conforme a discriminação seguinte:

Viúva:

Maria Gomes Semedo Fortes 54.096\$00

Tem a pagar a quantia de 39.222\$00, quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Pensão de sobrevivência que serão amortizáveis em 160 prestações mensais e consecutivas no valor de 245\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 18 de Agosto de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 24 de Novembro de 2016).

Extrato de despacho nº 1897/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 14 de Novembro de 2016:

Pedro Marques de Oliveira na qualidade de cônjuge sobrevivente de Maria Odete Semedo, falecido a 8 de Setembro de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência no valor anual de 246.600\$00 (duzentos e quarenta e seis mil e seiscentos escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 246.600\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 8 de Setembro de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 5 de Dezembro de 2016).

Extrato de despacho nº 1898/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 15 de Novembro de 2016:

Maria de Fátima Fortes Delgado Piedade, na qualidade de mãe representante dos filhos menores de Mário Lenino Santos Monteiro ex-professor, falecido a 8 de Agosto de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.^o, e 70.^o n.º 1 alínea *d*), uma pensão de sobrevivência a favor dos filhos menores no valor de 230.292\$00 (duzentos e trinta mil, duzentos e noventa e dois escudos) anuais, conforme a discriminação seguinte:

Filhos menores:

Ludorrick Lenine Fortes Monteiro 6.397\$00
 Noemy de Fátima Fortes Monteiro..... 6.397\$00
 Laura Maria Fortes Monteiro 6.397\$00

Tem a pagar a quantia de 192.027\$00 quotas em atraso para efeito de Aposentação e Pensão de Sobrevivência que serão amortizadas em 120 prestações no valor de 1600\$00 mensais.

Este despacho produz efeitos a partir de 5 de Agosto de 2016 de acordo com o artigo 80.^o do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Dezembro de 2016).

Extrato de despacho nº 1899/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 17 de Novembro de 2016:

Tomásia Moreira, oficial quarto ajudante referência 1, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Justiça e Trabalho – aposentado nos termos da alínea *b*) n.º 2 do artigo 5.^o do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 797.664\$00 (setecentos e noventa e sete mil seiscentos e sessenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.^o do mesmo diploma, correspondente a 32 anos e 6 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de Agosto de 2016 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 anos, e 2 meses.

O montante em dívida no valor de 16.292\$00 (dezasseis mil duzentos e noventa e dois escudos), poderá ser amortizado em 6 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.007\$00 e as restantes de 3.057\$00.

Extrato de despacho nº 1900/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 17 de Novembro de 2016:

Agostinho Sanches de Barros, ajudante serviços gerais referência 1, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde e da Segurança Social – aposentado por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 9 de março de 2006 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 9 de Março de 2006, nos termos da alínea *a*), n.º 2 do artigo 5.^o do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro com direito à pensão provisória anual de 259.236\$00 (duzentos e cinquenta e nove mil duzentos e trinta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.^o do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 8 de Novembro de 2016 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 anos, 10 meses.

O montante em dívida no valor de 19.800\$00 (dezanove mil e oitocentos escudos), poderá ser amortizado em 18 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 862\$00 e as restantes de 1.114\$00.

Extrato de despacho nº 1901/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 17 de Novembro de 2016:

Honorata Pereira Moreno, professora do ensino básico assistente nível I referência 7, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5.^o, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.^o do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 799.296\$00 (setecentos e noventa e nove mil duzentos e noventa e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.^o do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 17 de Maio de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 22 anos, 11 meses e 2 dias.

O montante em dívida no valor de 438.026\$00 (quatrocentos e trinta e oito mil e vinte e seis escudos), poderá ser amortizado em 131 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.566\$00 e as restantes de 3.342\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 9 de Dezembro de 2016).

Extrato de despacho nº 1902/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 23 de Novembro de 2016:

Maria Teresa Tavares Rocha, na qualidade de mãe representante da filha menor de aposentado, falecido a 18 de Agosto de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.^o e 70.^o n.º 1 *d*) da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor da filha menor no valor anual de 27.048\$00 (vinte e sete mil e quarenta e oito escudos), conforme a discriminação seguinte:

Filha menor:

Leandra Ariana Rocha Fortes Tavares 27.048\$00

Tem a pagar a quantia de 39.222\$00, quota em atraso para efeito de Pensão de Aposentação e Pensão de Sobrevivência que serão amortizáveis em 160 prestações mensais e consecutivas no valor de 245\$00.

Este despacho produz efeitos a partir de 18 de Agosto de 2016 de acordo com o artigo 80.^o do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extrato de despacho nº 1903/2016 – De S. Ex.^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.^a o Ministro das Finanças:

De 23 de Novembro de 2016:

Romualda Mendes Carvalho, na qualidade de cônjuge sobrevivente e mãe representante dos filhos menores de Ermelindo Correia Monteiro que foi apoio operacional, falecido a 17 de Fevereiro de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64.^o, e 70.^o n.º 1 alínea *d*), conjugado com o artigo 71.^o da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a favor da viúva no valor de 31.992\$00 (trinta e um mil novecentos e noventa e dois escudos) anuais, e a favor dos filhos menores no valor de 36.000\$00 (trinta e seis mil escudos) anuais, conforme a discriminação seguinte:

Viúva 31.992\$00

Filha menor

Aurea Nataly Mendes Correia 18.000\$00

Filha menor

Cleise Alina Mendes Correia 18.000\$00

Tem a pagar a quantia de 220.470\$00 quotas em atraso para efeito de Aposentação e Pensão de Sobrevivência que serão amortizadas em 245 prestações no valor de 900\$00 mensais.

Este despacho produz efeitos a partir de 17 de Fevereiro de 2016 de acordo com o artigo 80.^o do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extrato de despacho nº 1904/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 24 de Novembro de 2016:

Alberto Andrade Monteiro na qualidade de unido de facto reconhecido de Nilza Mendes, ex- professora, falecido a 11 de Março de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência no valor anual de 114.120\$00 (cento e catorze mil vinte e cento vinte mil escudos) conforme a discriminação seguinte:

Unido de facto

Alberto Andrade Monteiro 114.120\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 11 de Março de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extrato de despacho nº 1905/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 24 de Novembro de 2016:

Gregória Mendes Tavares na qualidade de cônjuge sobrevivente de José Gomes de Nascimento, falecido a 15 de Maio de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência no valor anual de 90.000\$00 (noventa mil escudos) conforme a discriminação seguinte:

Viúva 90.000\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 25 de Maio de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extrato de despacho nº 1906/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 24 de Novembro de 2016:

Elber Alberto Delgado Monteiro, na qualidade de filho maior de Nilza Mendes Delgado ex- professora, falecido a 11 de Março de 2016 – fixada ao abrigo do disposto nos artigos 64º e 70º nº 1 d) da Lei nº 61/III/89 de 30 de Dezembro, uma pensão de sobrevivência a seu favor no valor de 114.120\$00 (cento e catorze mil, cento e vinte escudos) anuais conforme a discriminação seguinte:

Filho maior:

Elber Alberto Delgado Monteiro 114.120\$00

Este despacho produz efeitos a partir de 11 de Março de 2016 de acordo com o artigo 80º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência.

Extrato de despacho nº 1907/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 24 de Novembro de 2016:

Manuel António Andrade Silva Mendonça, na qualidade de cônjuge sobrevivente de Ana Maria Galina Pires Mendonça, ex- professora, falecido a 5 de Novembro 2008 – fixada a reversão da pensão ao abrigo do disposto nos artigos 74º, conjugado com o disposto no artigo 72º, publicado no *Boletim Oficial* nº 17 de Junho de 2009, uma pensão de sobrevivência a seu favor no valor de 373.560\$00 anuais, conforme a discriminação seguinte:

Viúvo 373.560\$00

Tem a pagar a quantia de 8.332\$00 quotas em atraso para efeito de Aposentação e Pensão de Sobrevivência que serão amortizadas em 18 prestações no valor de 479\$00 mensais.

Extrato de despacho nº 1908/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 24 de Novembro de 2016:

Alda Maria Martins Silva Lima, professora do ensino secundário nível II do quadro de pessoal do Ministério da Educação, exercendo em comissão de serviço as funções de Directora da Escola Secundária Januário Leite – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.231.944\$00 (um milhão duzentos e trinta e um mil novecentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É Retificado o despacho do Director Nacional da Administração Pública por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública publicado no *Boletim Oficial* nº 48/10/2016 com efeito a partir de Outubro de 2016.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 13 de Dezembro de 2016).

Extrato de despacho nº 1909/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 25 de Novembro de 2016:

Carlos do Rosário Varela, professor do ensino secundário nível II referência 9, escalão B, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.038.780\$00 (um milhão e trinta e oito mil setecentos e oitenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extrato de despacho nº 1910/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 25 de Novembro de 2016:

António Vicente Landim Monteiro, professor do ensino básico do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 616.512\$00 (seiscentos e dezasseis mil quinhentos e doze escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 25 de Abril de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 10 meses e 13 dias.

O montante em dívida no valor de 379.597\$00 (trezentos e setenta e nove mil quinhentos e noventa e sete escudos), poderá ser amortizado em 300 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.165\$00 e as restantes de 1.262\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 9 de Dezembro de 2016).

Extrato de despacho nº 1911/2016 – De S. Ex^a o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 25 de Novembro de 2016:

Fernanda Alice Mendes Varela Martins, professora do ensino básico assistente nível I referência 7, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3,

do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 799.776\$00 (setecentos e noventa e nove mil setecentos e setenta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 17 de Maio de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 22 anos, 10 meses e 27 dias.

O montante em dívida no valor de 570.755\$00 (quinhentos e setenta mil setecentos e cinquenta e cinco escudos), poderá ser amortizado em 171 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 2.615\$00 e as restantes de 3.342\$00.

Extrato de despacho nº 1912/2016 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 25 de Novembro de 2016:

Maria Cândida Ramos Silva, professora do ensino secundário nível III referência 9, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.155.744\$00 (um milhão cento e cinquenta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extrato de despacho nº 1913/2016 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 25 de Novembro de 2016:

Maria do Cêu da Cruz Silva, apoio operacional nível II, referência 6 do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde Barlavento, emitido em sessão de 11 de Maio de 2016 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 12 de Maio de 2016, nos termos da alínea *a*), nº 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro com direito à pensão provisória anual de 194.700\$00 (cento e noventa e quatro mil e setecentos escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 20 anos, 5 meses e 22 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 12 de Agosto de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 10 meses.

O montante em dívida no valor de 167.961\$00 (cento e sessenta e sete mil novecentos e sessenta e um escudos), poderá ser amortizado em 104 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 998\$00 e as restantes de 1.621\$00.

Extrato de despacho nº 1914/2016 – De S. Exª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Exª o Ministro das Finanças:

De 30 de Novembro de 2016:

Manuel de Jesus Costa Barros, monitor especial referência 5, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, nº 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro,

conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo nº 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 397.608\$00 (trezentos e noventa e sete mil seiscentos e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 25 anos, 8 meses e 6 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 12 de Maio de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 16 anos, 6 meses e 28 dias.

O montante em dívida no valor de 444.370\$00 (quatrocentos e quarenta e quatro mil trezentos e setenta escudos), poderá ser amortizado em 179 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.109\$00 e as restantes de 2.479\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 13 de Dezembro de 2016).

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Direcção Nacional da Administração Pública, na Praia, aos 16 de Dezembro de 2016. – O Director Nacional, *Guevara da Cruz*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho conjunto nº 1915/2016 – De S. Exª o Ministro da Economia e Emprego e de S. Exª o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidade:

De 22 de Novembro de 2016:

É nomeado, em comissão de serviço, com efeitos a partir de 4 de outubro de 2016, por período de três anos, Carlos Alberto Brazão Carvalho Leão Monteiro, para exercer as funções de Representante Permanente de Cabo Verde no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), em Montreal, nos termos do artigo 10º número 2, do Decreto-Lei nº 36/2015, da Resolução n.º 80/2015, de 19 de Agosto, retificado pelo *Boletim Oficial* n.º 57, I Série, de 24 de Setembro de 2015, bem como do extrato de despacho conjunto nº 2/2016, de 15 de Janeiro.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia e Emprego, na Praia, aos 21 de Dezembro de 2016. – A Directora de Serviço P.S, *Juliana Carvalho*.

—oço—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 1916/2016 – De S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 6 de Dezembro de 2016:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Eugénia Maria Rodrigues Soares, no cargo de Delegada da Direcção-Geral do Trabalho, da Delegação Regional de São Vicente, nos termos do disposto no artigo 33º do Decreto-Lei n.º 37/2016 de 17 de Junho, com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

Extracto de despacho nº 1917/2016 – De S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 6 de Dezembro de 2016:

Eugénia Maria Rodrigues Soares, técnica superior, referência 13, escalão B, do quadro do pessoal da Direcção-Geral do Trabalho, do Ministério da Justiça e Trabalho é concedida licença sem vencimento, pelo

período de 1 (um) ano, nos termos da alínea *b*) do nº 1, do artigo 45º, conjugado com o nº 1 do artigo 48º, todos do Decreto-lei nº 3/2010 de 8 de Março, com efeitos a partir de 16 de Novembro de 2016.

Rectificação nº 199/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 46, II Série, de 14 de Setembro de 2016, o extrato do despacho de S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho, nomeando, Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves, para exercer em comissão de serviço o cargo de Conservador Chefe, Nível I, na Conservatória do Registo Predial da Praia, retifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Os encargos correspondentes encontram-se inscritos na rubrica 03.01.01.02 – Pessoal do Quadro dos Registos Notariado e Identificação, do orçamento do Ministério da Justiça e Trabalho.

Deve-se ler:

Os encargos correspondentes encontram-se inscritos na rubrica 03.01.01.02 – Pessoal do Quadro dos Registos Notariado e Identificação, do orçamento do Ministério da Justiça e Trabalho. (Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Dezembro de 2016).

Rectificação nº 200/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 46, II Série, de 14 de Setembro de 2016, o extrato do despacho da S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho, nomeando, Maria Albertina Tavares Duarte, para exercer em comissão de serviço o cargo de Conservadora Chefe, Nível I, na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, retifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Os encargos correspondentes encontram-se inscritos na rubrica 03.01.01.02 – Pessoal do Quadro dos Registos Notariado e Identificação, do orçamento do Ministério da Justiça e Trabalho.

Deve-se ler:

Os encargos correspondentes encontram-se inscritos na rubrica 03.01.01.02 – Pessoal do Quadro dos Registos Notariado e Identificação, do orçamento do Ministério da Justiça e Trabalho. (Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Dezembro de 2016).

Rectificação nº 201/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 46, II Série, de 14 de Setembro de 2016, o extrato do despacho da S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho, nomeando, Jandira dos Santos Cardoso Vieira, para exercer em comissão de serviço o cargo de Notária Chefe, Nível II, no Cartório Notarial de Santa Catarina de Santiago, retifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

Os encargos correspondentes encontram-se inscritos na rubrica 03.01.01.02 – Pessoal do Quadro dos Registos Notariado e Identificação, do orçamento do Ministério da Justiça e Trabalho.

Deve-se ler:

Os encargos correspondentes encontram-se inscritos na rubrica 03.01.01.02 – Pessoal do Quadro dos Registos Notariado e Identificação, do orçamento do Ministério da Justiça e Trabalho. (Visado pelo Tribunal de Contas aos 16 de Dezembro de 2016).

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Justiça e Trabalho, na Praia, aos 19 de Dezembro de 2016. – O Diretor Geral, P/S) *Fernando Tavares*.

Direcção Nacional da Polícia Judiciária

Extrato de despacho nº 1918/2016 – De S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 13 de Dezembro de 2016:

É nomeado Alfredo Isidoro Araújo de Pina, licenciado em gestão e administração pública e pós-graduado em gestão de políticas públicas, técnico nível I da Direcção Nacional Publica, para, em regime de substituição, exercer o cargo de Director do Departamento de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial da Polícia Judiciária, nos termos do artigo 32º do Decreto-lei nº 2/2008, conjugado com o nº 2 do artigo 33º do Decreto-lei 59/2014 de 4 de Novembro, com efeitos imediato, a partir da data da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Extrato de despacho nº 1919/2016 – De S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 15 de Dezembro de 2016:

Dá por finda, a comissão ordinária de serviço de Maria de Fátima de Pina Barros, do cargo de Directora dos Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial da Polícia Judiciária, nos termos do nº 3, do artigo 29º da Lei nº 2/2008 de 18 de Agosto, conjugado com a alínea *d*) nº 2 do artigo 31º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro com efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2016.

Departamento dos Recursos Humanos Financeiro e Patrimonial da Polícia Judiciária, na Praia, aos 16 de Dezembro de 2016. – A Directora, *Maria de Fátima de Pina Barros*

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Extrato de despacho conjunto nº 1920/2016 – De S. Exªs a Ministra da Educação e o Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 14 de Novembro de 2016:

Gil Albino Amílcar da Costa Vaz, professor do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal da Escola Técnica Grão Duque Henri, requisitado, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, conjugado com o nº 2 artigo 108º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e o artigo 3º da Lei nº 1/IX/2016, de 16 de Agosto, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de assessor do Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2016.

José Pedro Costa Vaz, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Técnica Grão Duque Henri, requisitado, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 112º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e o nº 2 artigo 2º do Estatuto dos Eleitos Municipais, aprovado pela Lei nº 14/91, de 30 de Dezembro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Secretário Municipal na Câmara Municipal de São Salvador do Mundo.

Encargos financeiros correspondentes serão suportados pelo serviço de destino “Câmara Municipal de São Salvador do Mundo”.

Extrato de despacho conjunto nº 1921/2016 – De S. Exªs Ministra da Educação e Presidente da Câmara Municipal do Sal:

De 22 de Novembro de 2016:

Maria João Delgado Brito, professora do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho do Sal, requisitada, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 72º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho e o nº 2 do artigo 2º do Estatuto dos Eleitos Municipais, aprovado pela Lei nº 14/91, de 30 de Dezembro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Secretária da Assembleia Municipal do Sal.

Encargos financeiros correspondentes serão suportados pelo serviço de destino “Câmara Municipal do Sal”.

Extrato de despacho nº 1922/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 29 de Setembro de 2016:

Kátia Helene de Pina e Melo Furtado dos Santos, nomeada, em comissão ordinária de serviço, para exercer o cargo de secretária de S. Ex^a a Ministra da Educação, nos termos do n.º 2 do artigo 3º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de Outubro de 2016.

Extrato de despacho nº 1923/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 4 de Novembro de 2016:

Luis Correia Xavier Pinto, professor do ensino básico assistente, nível I, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação do concelho do Praia, destacado para exercer funções de Coordenador do Programa de Integração dos Toxicodependentes no Ministério da Família e Inclusão Social nos termos do art.º do Decreto-lei nº 54/2009 de 7 de dezembro.

Extrato de despacho nº 1924/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 16 de Novembro de 2016:

Rosa Elina Aguilar Pazos, professora do ensino secundário, nível III, quadro do pessoal da Escola Secundário Dr. José Augusto Pinto – São Vicente, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2017, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Evelyne Ekué Ayivi, professora do ensino secundário, nível II, quadro do pessoal do Liceu Domingos Ramos, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2017, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Extrato de despacho nº 1925/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 25 de Novembro de 2016:

Adelino Varela Vaz, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro do pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de Praia, na situação de licença sem vencimento, desde 30 de Novembro de 2014, prorrogada a referida licença por um período de um ano, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Extrato de despacho nº 1926/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 26 de Novembro de 2016:

Walter Sandro Ramos, professor do ensino secundário assistente, nível II, quadro do pessoal da Escola Secundária Manuel Lopes, concedida licença sem vencimento por um período de 2 (dois) anos, com efeitos a partir de 20 de Dezembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Extrato de despacho nº 1927/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 1 de Dezembro de 2016:

Alcides da Silva Gonçalves, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de São Miguel, destacado, para exercer funções de responsável Concelhio da FICASE, nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 07 de Dezembro, com efeitos a partir da publicação.

Extrato de despacho nº 1928/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 5 de Dezembro de 2016

É dado por findo, o destacamento de José Henrique Gomes Correia, professor do ensino secundário assistente, nível II, das funções que vinha exercendo como responsável Concelhio de FICASE em São Miguel. Consequente regresso, a partir da data do presente, ao quadro de origem.

Luiza Gonzaga do Rosário Dias Lopes, apoio operacional, nível I, quadro de pessoal da Escola Técnica João Varela – Porto Novo, na situação de licença sem retribuição por um período de seis meses, desde 24 de Junho de 2016, prorrogada a referida licença por um período de um ano, com efeitos a partir de 24 de Dezembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro

Extrato de despacho nº 1929/2016 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 9 de Dezembro de 2016

Maria Mosarata Gomes Ferreira, professora do ensino secundário assistente, nível II, em exercícios de funções na Escola Secundária Olegário Tavares, em licença sem vencimento de curta duração, desde 1 de Setembro de 2016, concedida rescisão do contrato nos termos da alínea c) do artigo 29º da lei nº 102/IV/93, de 10 de Janeiro, com efeitos a partir 1 de Dezembro de 2016.

Nédil da Silva Pereira Semedo, professor do ensino secundário assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de Praia, concedida licença sem vencimento por um período de 5 (cinco) anos, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Artemisa da Conceição Moreno Gonçalves, professora do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de São Domingos, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2017, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Domingos Fernandes Monteiro Lobo, professor do ensino secundário assistente, nível II, afeto à Escola Secundária Boa Vista, concedido suspensão de contrato de trabalho, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Director de Ambiente e Saneamento, Energia e Água, na Câmara Municipal da Boa Vista, nos termos do artigo 196º do Código Laboral aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 5/2007 de 16 de Outubro, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de ano em curso.

Extrato de despacho nº 1930/2016 – De S. Ex^a o ex Secretário Geral do Ministério da Educação, Cultura e Desportos:

De 22 de Junho 2002:

Felisberto Gomes Timas, professor do ensino secundário assistente, nível I, em exercício de funções na Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino da Costa, nomeado no quadro definitivo, da referida Escola, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 III do artigo 39º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de 22 de Junho de 2002.

Extrato de despacho nº 1931/2016 – De S. Ex^a o Diretor Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

De 21 de Março 2013:

António Lopes Rodrigues, professor do ensino secundário principal, referência 10, escalão A, quadro de pessoal da Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino da Costa, progredido do escalão A, para o escalão B, nos termos do artigo 26º e do n.º 1 do artigo 40º todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2013.

Aviso nº 33/2016

Nos termos do artigo 63º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública vigente é citado João Manuel Miranda Martins, professor do ensino básico assistente, nível I, em serviço no Pólo Educativo de Queimada Guincho, Concelho dos Mosteiros, ora ausente em parte incerta, de que tem um prazo de trinta (30) dias, contados a partir do oitavo dia posterior à data de publicação deste aviso, para se defender em processo disciplinar que corre os seus termos na Inspeção Geral da Educação, Formação e de Ensino Superior.

O Instrutor: *Arlindo Lopes Teixeira*.**Comunicação nº 109/2016**

Comunica-se que Djalice Alice Lopes Mendes, professora de posto escolar, referência 1, escalão A, da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de São Filipe, que se encontrava de licença sem vencimento de curta duração desde 1 de Setembro de 2016, retomou às suas funções a partir de 8 de Dezembro do ano em curso.

Comunicação nº 110/2016

Comunica-se que José Socorro Lopes Gomes, professor do ensino básico assistente, nível I, da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, que se encontrava de licença sem vencimento de curta duração desde 1 de Setembro de 2016, retomou às suas funções a partir de 1 de Dezembro do ano em curso.

Comunicação nº 111/2016

Comunica-se que Ana Maria Vieira Andrade Pereira, professora do ensino básico assistente, nível I, da Delegação do Ministério da Educação do Concelho dos Mosteiros, que se encontrava de licença sem vencimento de curta duração por um período de três meses, desde 1 de Setembro de 2016, retomou às suas funções a partir de 2 de Dezembro do ano em curso.

Comunicação nº 112/2016

Comunica-se que Adilson Moacha Teixeira, professor do ensino básico assistente, nível I, da Delegação do Ministério da Educação do Concelho dos Mosteiros, que se encontrava de licença sem vencimento de curta duração por um período de três meses, desde 1 de Setembro de 2016, retomou às suas funções a partir de 1 de Dezembro do ano em curso.

Comunicação nº 113/2016

Comunica-se que foi dada por finda a comissão de serviço de Bento Alexandre Lima Fortes Oliveira, professor do ensino secundário nível I, enquanto assessor para as Artes Visuais no Ministério da Cultura e conseqüente regresso às funções a partir de 1 de Dezembro do ano em curso.

Comunicação nº 114/2016

Comunica-se que Avelina Correia Teixeira, apoio operacional, nível I, exercendo funções na Direção Geral do Ensino Superior, que se encontrava de licença sem vencimento de curta duração desde 1 de Junho de 2016, retomou às suas funções a partir de 1 de Dezembro do ano em curso.

Comunicação nº 115/2016

Por decisão da Junta de Saúde de Sotavento, Luís Filipe Modesto Alves, técnico tributário auxiliar de segunda, referência 6, escalão A, quadro da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, se encontra definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer atividade profissional.

Rectificação nº 202/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 31, II Série, de 6 de Junho de 2013, referente a promoção por menção do mérito excepcional do professor do ensino secundário de primeira, Carlos Barros Frederico, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... referência 9, escalão C, ...

Deve ler-se:

... referência 10, escalão B, ...

Rectificação nº 203/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 8, II Série de 24 de Fevereiro de 2016, referente a reenquadramento de Alda Maria Martins Silva Lima, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se - lê:

... referência 9, escalão B, ...

Deve ler-se:

... referência 9, escalão D, ...

Rectificação nº 204/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 57, II Série de 25 de Novembro de 2016, referente a fim de comissão de serviço e regresso a quadro de origem de Antero da Conceição Monteiro Fernandes, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... professor do ensino secundário, nível I, ...

Deve ler-se:

... professor do ensino secundário, nível III, ...

Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação, na Praia, aos 16 de Dezembro de 2016. – A Diretora, *Alcídia Elisângela Dias Almeida*.

MINISTÉRIO DA CULTURA E DAS INDUSTRIAS CRIATIVAS

Arquivo Nacional de Cabo Verde

Extracto de despacho nº 1933/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Cultura e das Indústrias Criativas:

De 5 de Dezembro de 2016:

Maria José Lopes, técnica superior principal, de nível XI, escalão D, do quadro de pessoal do Arquivo Nacional de Cabo Verde – concedida licença sem retribuição pelo período de dois meses a contar do dia 1 de dezembro de 2016, ao abrigo do artigo 46º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de março, conjugado com os nºs 1 e 2 do artigo 192º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro que aprova o Código Laboral Cabo-Verdiano.

(Isento do visto do Tribunal de Contas).

Arquivo Nacional de Cabo Verde, na Praia aos 8 de dezembro de 2016. – A Conservadora, *Filomena Maria Oliveira Neves Andrade*.

—oço—

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho nº 1934/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 6 de Setembro de 2016:

João Baptista Tavares Semedo, médico geral, escalão IV Índice 100, pessoal do quadro da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, foi nomeado em comissão de serviço, para exercer as funções de Diretor da Região Sanitária de Santiago Norte – Serviço Autónomo (RSSN). Com fundamento jurídico, no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública e Equiparado.

Extracto do despacho nº 1935/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 5 de Outubro de 2016:

Maria do Livramento Monteiro, enfermeira assistente, escalão IV, índice 160, do quadro de pessoal da Direcção do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, em situação de licença sem vencimento para formação, autorizado a regressar ao serviço, ao abrigo do artigo 68º, do Decreto-Lei nº 3/2010 de 8 de Março.

As despesas serão suportadas pela rubrica 02.01.01.03.05 – Reingresso, inscrita no Orçamento de Funcionamento do Ministério da Saúde e da Segurança Social.

(Visados Pelo Tribunal de Contas no dia 14 de Dezembro de 2016.)

Extracto do despacho nº 1936/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 19 de Dezembro de 2016:

Havendo necessidade de reforçar o pessoal nas estruturas do Serviço Nacional de Saúde, propomos que sejam colocados os Técnicos de nível I, do quadro do pessoal da Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, conforme a seguir se designam:

Nº	Funcionários	Área	Colocação
1	Doris Patricia Veiga Pina	Farmácia	RSSA
2	Fabricia Silva d'Encarnação	Farmácia	HRFB
3	Enady Claudia Monteiro Fernandes	Farmácia	HAN
4	Evelise Amado Baptista	Fisioterapia	DS Praia
5	Sueli Alida Ramos Andrade	Fisioterapia	DS Sal
6	Nédia Patricia Oliveira Santos	Fisioterapia	RSSA
7	Aurea Maisa Rodrigues Fernandes	Nutrição	HRSN
8	Sara Maria Lima Lopes	Nutrição	RSSA
9	Fernanda Maria Azancoth	Nutrição	HAN
10	Solange Helena Monteiro Martins	Nutrição	HRFB
11	Edson Janilson G. Barbosa Vicente	Gestão Financeira	DS Santa Cruz
12	Edna da Cruz Fernandes	GRH	DGPOG
13	Suely Simone G. P. A. S. de Carvalho	Serviço Social	DS Praia
14	Dulcelina Dias Semedo	Serviço Social	DS Praia
15	Ibraltino Dias Delgado	Serviço Social	DS São Vicente
16	Eurides de Jesus Garcia Gonçalves	Serviço Social	HRSN
17	Celestino Jorge Fortes Moreno	Serviço Social	HRFB
18	Aldina Lopes Landim	Traumatologia	HAN
19	Glenda Dalcidia Nunes Garcia	Cardiopneumologia	HAN
20	Janett Maria F.S. Fernandes	Fonoaudiologia	HAN
21	Aleida Emanuela Moniz Tavares	Fonoaudiologia	HAN
22	Christie Barros Brigham Wahnnon	Psicologia Clinica	DS Praia
23	Denise Oliveira Centeio	Psicologia Clinica	HRSAL
24	Joana Baptista Ribeiro	Psicologia Clinica	RSSA
25	Sandra Maria C. Fernandes	Psicologia Clinica	HRFB

Extracto do despacho nº 1937/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 20 de Dezembro de 2016:

Claudia Helena Gomes dos Santos, médica geral, escalão III, índice 110, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em serviço na Delegacia de Saúde de Santa Catarina, concedida licença sem vencimento até 90 dias, ao abrigo do nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2016.

Extracto do despacho nº 1938/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 20 de Dezembro de 2016:

Josefa Pereira Furtado Varela, apoio operacional nível V, do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, em serviço na Delegacia de Saúde da Praia, destacada para exercer as suas funções no Hospital Dr. Agostinho Neto, a partir de 15 de Novembro, ao abrigo do disposto no nº 1 e seguintes do artigo 9º de Decreto-Lei nº 54/2009 de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho nº 1939/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 21 de Dezembro de 2016:

Daniel Silves Ferreira, medico principal, escalão IV, índice 175, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério de Saúde e Segurança Social, exercendo a função na Extensão Trindade do Hospital Agostinho Neto, Ilha de Santiago, colocado em regime de dedicação exclusiva, ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Regulamentar nº 24/97, de 31 de Dezembro.

Extracto do despacho nº 1940/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 21 de Dezembro de 2016:

Jorge Eduardo St'Aubyn de Figueiredo, médico principal, escalão II, índice 190, do quadro de pessoal da Direcção Geral do Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério de Saúde e da Segurança Social, colocado em regime de dedicação exclusiva, ao abrigo do artigo 4º do Decreto-Regulamentar nº 24/97, de 31 de Dezembro.

Extracto do despacho nº 1941/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 21 de Dezembro de 2016:

É dada por finda a comissão de serviço da médica geral, escalão IV índice 100, Elisa Santos Lopes, por ter terminado a sua especialização em Ginecologia e Obstetrícia, com efeitos a partir de 2 janeiro de 2017, nos termos do disposto do artigo 13º do Decreto-lei nº 1/87 de 10 de Janeiro.

Extracto do despacho nº 1942/2016 – De S. Ex^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 21 de Dezembro de 2016:

Filomena Libânia Monteiro Évora, médica principal, nível II, índice 190, pessoal do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, por ter mais de 55 anos de idade, esta dispensada de prestação de serviços de urgência hospitalar, com efeitos a partir de 1 Janeiro de 2017, nos termos do disposto no nº 6 do artigo 17º da Lei nº 148/95 de 7 de Novembro.

Rectificação nº 205/2016

Por erro da Administração, foi publicada de forma inexacta no *Boletim Oficial*, nº 60/2016, II Série de 16 de Dezembro de 2016, referente a concessão de licença sem vencimento da médica, Artemisa Maria Barbosa Semedo Marques, pelo novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Em serviço no Hospital Agostinho Neto);

Deve ler-se:

...em serviço na Delegacia de Saúde da Praia).

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, na Praia, aos 19 de Dezembro de 2016. – A Directora Geral, *Serafina Alves*.

o

**MINISTRA DAS INFRA-ESTRUTURAS,
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E HABITAÇÃO**

**Direcção Geral de Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Extrato de despacho nº 1943/2016 – De S. Ex^a a Ministra das Infra-Estruturas, do Ordenamento do Território e Habitação:

De 7 de Dezembro de 2016:

Eileen Almeida Barbosa, licenciada em turismo no ramo de marketing, é dada por fim da comissão de serviço no cargo de assessora de S. Ex^a Ministra das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação, nos termos da alínea a) do nº 1 e do nº 2 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 49/2014, de 10 de Setembro, com efeito a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima, Praia, aos 12 de Dezembro de 2016. – A Directora Geral, *Edna Sequeira Bejarano Restrepo*.

P A R T E E

**INSTITUTO DE GESTÃO DA QUALIDADE
E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Gabinete do Presidente

Publicação de despachos de adoção e homologação de Normas

O IGQPI - Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual, tem como missão principal, gerir, coordenar e desenvolver o Sistema Nacional da Qualidade de Cabo Verde (SNQC), sendo que a Normalização constitui um dos pilares fundamentais do mesmo.

No subsistema da Normalização, o IGQPI coordena e acompanha os trabalhos de normalização nacional, com o objetivo de promover a elaboração de normas cabo-verdianas, garantindo a coerência e atualidade do acervo normativo nacional, e promovendo o ajustamento da legislação nacional às normas internacionais.

Assim sendo, nos termos do Decreto-Lei nº 8/2010, de 22 de Março e do Decreto-Regulamentar nº 35/2014, de 5 de Dezembro, por despacho do Presidente do IGQPI:

- Nº 014/2016, de 30 de setembro de 2016, foi homologada a Norma Cabo-verdiana NCV 019:2016 - Norma da qualidade para abobrinha, elaborada pela Comissão Técnica de Normalização dos Produtos Agrícolas (CTN 001);
- Nº 015/2016, de 30 de setembro de 2016, foi homologada a Norma Cabo-verdiana NCV 020:2016 - Norma da qualidade para beringela, elaborada pela Comissão Técnica de Normalização dos Produtos Agrícolas (CTN 001);
- Nº 016/2016, de 02 de novembro de 2016, foi homologada a Norma Cabo-verdiana NCV 021:2016 - Norma para conserva de tuniões e sarda, elaborada pela Comissão Técnica de Normalização dos Produtos de Pesca e Aquacultura (CTN 002).

Neste sentido, nos termos das Regras e Procedimentos para a Normalização em Cabo Verde e dos dispositivos legais anteriormente citados, estas normas, passaram a vigorar em todo o território nacional, a partir da data dos respetivos despachos.

Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual. – O Presidente, *Abraão Lopes*.

PARTE G**ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS MUNICÍPIOS CABOVERDIANOS****Conselho Directivo****Deliberação nº 51/2016**

O VIII Congresso da ANMCV, reunido na Cidade da Praia, durante os dias 1 e 2 de Dezembro de 2016, delibera:

1. Apreciar a Moção de Estratégias das Listas concorrentes às Eleições dos Órgãos Estatutários da ANMCV;
2. Apreciar e aprovar a proposta de alteração dos Estatutos da Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos, ANMCV;
3. Apreciar e aprovar o regimento do VIII Congresso da ANMCV;
4. Ter realizado a eleição da mesa do congresso e o Conselho Directivo da ANMCV, para o mandato 2016-2020;
5. Divulgar os resultados das Eleições;
6. Autorizar a publicação no *Boletim Oficial*, o Estatuto da ANMCV alterado.

Praia, 2 de Dezembro de 2016. – O Presidente do Congresso, *Orlando Rocha Delgado*.

CONSELHO DIRECTIVO

Alterações aos Estatutos da Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos, Aprovadas Pelo VIII Congresso Nacional da ANMCV, Ocorrido A 1 e 2 de Dezembro de 2016

Artigo 1º**(Natureza, sede e duração)**

Acrescentou-se ao nº 2:

“...Cidade da Praia...”

Artigo 4º**(Direitos e deveres)**

Acrescentou-se ao nº 5 alínea c):

“...ou ainda, em duodécimos, por transferências bancárias permanentes.”

Artigo 13º**(Competência)**

Acrescentou-se na alínea f):

“...perderem...”

Artigo 25º**(Recursos Financeiros)**

No ponto 1 alínea a) passou a ter a seguinte redação:

a) Uma quota anual de cada município associado, de acordo com o seu número de eleitores, e no montante seguinte:

I - Até 5.000 eleitores	120.000\$00
II - De 5.000 a 10.000 eleitores	150.000\$00
III - De 10.000 a 20.000 eleitores	170.000\$00
IV - De 20.000 a 30.000 eleitores	220.000\$00
IV - Com mais de 30.000 eleitores	250.000\$00”

Alterou-se na alínea b):

“...140.000\$00.”

Artigo 31º**(Vigência)**

As alterações introduzidas entram em vigor imediatamente e independentemente de quaisquer formalidades incluindo a publicação.

Praia, aos 2 de Dezembro de 2016. - O Presidente da Mesa do Congresso cessante, Dr. *Pedro Gomes Brito*. - O 1º Secretário da Mesa do Congresso cessante, Dr. *António Fernandes*.

MUNICÍPIO DA PRAIA**Câmara Municipal****Deliberação nº 49/2016****De 15 de Dezembro**

Que nomeia o Dr. Valdir Frederico para desempenhar o cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal da Praia,

A Câmara Municipal da Praia, na sua sessão ordinária de 8 de Dezembro de 2016. ao abrigo do artigo 3º do decreto-lei nº 5/98, de 9 de Março, delibera o seguinte:

Artigo 1º

É nomeado Valdir Frederico para desempenhar o cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal da Praia.

Artigo 2º

A presente deliberação entra em vigor a partir do dia 19 de Dezembro de 2016.

Câmara Municipal da Praia, aos 15 de Dezembro de 2016. – O Presidente, *Óscar Humberto Évora Santos*.

Deliberação nº 51/2016**De 8 de Dezembro**

Que nomeia Emarilis Lopes para Chefe de Divisão de Gestão dos Espaços Públicos na Direcção de Infraestruturas e Transportes

O artigo 7º da Deliberação nº 47/16, de 20 de Outubro, que aprova a Orgânica da Câmara Municipal da Praia, prevê que no desempenho das suas funções, os directores de serviço podem ser coadjuvados por chefes de divisão nomeados por deliberação da Câmara Municipal.

Assim, ao abrigo da alínea d) do nº 2 do artigo 92º do Estatuto dos Municípios, a Câmara Municipal na sua reunião ordinária do dia 8 de Dezembro de 2016, deliberou o seguinte:

Artigo 1º

Nomear a arquitecta e urbanista Emarilis Euda de Fátima Chantre Lopes para exercer a função de Chefe de Divisão de Gestão dos Espaços Públicos na Direcção de Infraestruturas e Transportes.

Artigo 2º

A presente deliberação entra em vigor a partir de 1 de Dezembro.

Câmara Municipal da Praia, aos 8 de Dezembro de 2016. – O Presidente, *Óscar Humberto Évora Santos*.

o**MUNICÍPIO DE SÃO SALVADOR
DO MUNDO****Câmara Municipal**

Extrato de despacho nº 1944/2016 – De S. Exª O Presidente da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo:

De 13 de Dezembro de 2016:

Ao abrigo do artigo 45º número 1 alínea c), artigo 50º e com os efeitos previstos nos números 1 e 2 do artigo 52º, todos do Decreto-Lei número 3/2010, de 8 de Março, que estabelece o regime jurídico de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública é concedido, ao Silvino de Melo Vaz, apoio operacional nível II, do quadro da Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, licença sem vencimento de longa duração, com efeito a partir do dia 2 de Janeiro de 2017.

Câmara Municipal de São Salvador do Mundo, aos 16 de Dezembro de 2016. – O Director Gabinete, *Gil António Mendes Teixeira*.

MUNICÍPIO DO SAL

Câmara Municipal

Extracto de despacho nº 1945/2016 – De S. Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal do Sal:

De 2 de Novembro de 2016:

Aldirley Fortes Barros Gomes, nomeado, nos termos do nº 1 do artigo 3º, do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de junho, conjugado com o artigo 108º da Lei nº 134/IV/95 de 3 de julho, e alínea b) do artigo 14º da Lei 102/VI/93 de 31 de dezembro, para em regime de comissão de serviço, exercer o cargo de assessor de S. Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal do Sal, para a área de planeamento estratégico, com efeito a partir do dia 2 de novembro de 2016.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 03.62.01.02., do orçamento vigente da Câmara Municipal do Sal – (Isento do visto do Tribunal de Contas nos termos da alínea a) nº 1 do artigo 14º da Lei nº 84/IV/93 de 12 de julho).

Câmara Municipal do Sal, aos 2 de novembro de 2016. – O Secretário Municipal, *José Lourenço do Rosário Lopes*.

MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO

Câmara Municipal

Rectificação nº 206/2016

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 59, II Série de 8 de Dezembro de 2016, o extracto de deliberação da Câmara Municipal do Tarrafal, referente a fim de comissão de serviço de Adalberto Horta Mendes, do cargo de Secretário Municipal substituto da Câmara do Tarrafal, pelo que, novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Extracto de despacho de S. Ex.^a o Presidente interino da Câmara Municipal do Tarrafal do dia 30 de Novembro.

Deve ler-se:

Extracto de despacho de S. Ex.^a o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal do dia 30 de Novembro.

Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, aos 21 de Dezembro de 2016. – O Assessor, *José Rui Monteiro Lopes*.

PARTE I I

ASSEMBLEIA NACIONAL

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Anúncio de concurso nº 36/2016:

PRIMEIRO

(Tipo de concurso)

Ao abrigo do artigo 54º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, conjugado com a alínea c) do nº 3 do artigo 33º e artigo 53º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, artigo 8º do Regulamento dos Concursos de Ingresso da Assembleia Nacional, nº 1 do artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, nº 1 do artigo 6º e artigo 66º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, e com o artigo 25º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, faz-se público que, por despacho da Secretária-Geral da Assembleia Nacional, de 24 de Novembro de 2016, se encontra aberto um concurso externo para o preenchimento, em regime de contrato de trabalho a termo certo, de 1 (uma) vaga de pessoal de apoio operacional nível II - ex-técnico profissional de 2º nível - do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, nos termos do nº 3 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, para a área de som da Divisão de Redacção e Audiovisual da Direcção de Serviços Parlamentares.

SEGUNDO

(Prazo de Validade)

O concurso é válido pelo prazo de dois anos, a contar da data da publicação da lista de classificação final dos tos aprovados.

TERCEIRO

(Conteúdo Funcional)

Executar, a partir de orientações e instruções precisas, trabalhos de apoio técnico. Elaborar mapas, gráficos, recolher e proceder ao tratamento de informações destinadas ao computador.

Operar e realizar manutenção de equipamentos de som analógicos e digitais.

QUARTO

(Vencimento)

O cargo corresponde a remuneração estabelecida na tabela de vencimento da Assembleia Nacional para o cargo de Pessoal de Apoio Operacional nível II – Ex-Técnico Profissional de 2º nível, referência 7, escalão A.

QUINTO

(Regime Especial de Trabalho)

O pessoal permanente da Assembleia Nacional tem regime especial de trabalho, decorrente da natureza e das condições de funcionamento próprias da Assembleia Nacional.

SEXTO

(Local de trabalho)

O local de trabalho é o Palácio da Assembleia Nacional, sito na Achada de Santo António, Praia.

SÉTIMO

(Requisitos gerais de tura)

Os requisitos gerais de tura para ingresso nos cargos são os seguintes:

- a) Maioridade;
- b) Possuir as habilitações literárias e profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- c) Ter idoneidade civil (prova-se por certificado do registo criminal);
- d) Ter capacidade profissional;
- e) Ter robustez necessária para o desempenho do cargo (atestado médico).

OITAVO

(Requisitos especiais de tura)

- a) Área de Som
 - Ter uma qualificação profissional de nível III, numa das seguintes áreas: tecnologias de informação e comunicação, ciência e tecnologia do som, ou afins;

- Ter conhecimento comprovado na área de áudio;
- Operar mesas de som analógicas e digitais, adequando os parâmetros de ajustes às necessidades de cada aplicação;
- Sonorizar ambientes, empregando os princípios de acústicos em ambientes abertos e fechados;
- Captar, mixar e gravar áudios operando todos os componentes de um sistema de áudio;
- Realizar manutenção preventiva e emergencial em equipamentos, cabos e conectores de um sistema de áudio.

b) Área de Informática a nível de utilizador

Conhecimento de Informática a nível de utilizador:

- Ter conhecimento de hardware;
- Realizar configurações básicas usando os Sistemas Operativos Windows 7, 8.1 ou 10;
- Criar documentos com Aplicativos Office (Word 2013, Excel 2013 e PowerPoint 2013);
- Saber trabalhar com software para editar áudio no computador.

NONO

(Métodos de Selecção)

Serão utilizados, conjuntamente, podendo cada um deles ser eliminatório, os seguintes métodos de selecção:

- a) Avaliação Curricular - 20%
- b) Provas de Conhecimento - 60%
- c) Entrevista - 20%

DÉCIMO

(Programas das Provas)

Provas de conhecimento (Teste escrito)

1. Legislação

- a) Constituição da República de Cabo Verde;
- b) Regimento da Assembleia Nacional;
- c) Lei Orgânica da Assembleia Nacional (aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro);
- d) Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Assembleia Nacional (Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro);
- e) Regulamento sobre o regime especial de trabalho dos funcionários e agentes da Assembleia Nacional (Despacho do Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional, de 3 de Junho de 2002);
- f) Código Laboral Cabo-Verdiano no que respeita a contrato a prazo (Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro e alterações);
- g) Regime jurídico de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública (Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março);
- h) Direitos e deveres dos funcionários (Lei nº 42-VII-2009, de 27 de Julho-Lei de Bases da F.P.)
- i) Estatuto disciplinar dos agentes da Administração Pública (aprovado pela Lei nº 31/III/87, de 31 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Legislativo nº 8/97, de 8 de Maio), no que concerne aos deveres gerais dos agentes da Administração Pública e elenco das penas disciplinares e seus efeitos;

1.1. É permitida a consulta da legislação durante a prestação de provas de conhecimentos teóricos.

2. Matéria específica da área de Som

- a) Área de Som
 - Equipamentos de som (mesas de som analógicas e digitais, amplificador, equalizador e compressor);
 - Microfones, conectores e cabos;
 - Gravação e edição de áudio.

b) Área de Informática nível de utilizador

- Dispositivos de armazenamento;
- Configuração de Sistemas Operativos (Win 7/8.1/10);
- Segurança de dados nomeadamente efectuar cópias de segurança;
- Criação de Documentos com Word, Excel e PowerPoint 2013.

DÉCIMO PRIMEIRO

(Documentação exigida)

São exigidos os seguintes documentos:

- a) Requerimento de tura, acompanhado de curriculum vitae detalhado;
- b) Certificado de habilitações literárias (fotocópia autenticada);
- c) Certificado de equivalência (fotocópia autenticada);
- d) Certificado de registo criminal;
- e) Fotocópia do Bilhete de Identidade;
- f) Atestado médico.

Nota: O disposto neste número não impede que seja exigido a qualquer dos tos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

DÉCIMO SEGUNDO

(Composição do Júri)

Presidente

- Emanuel de Jesus Delgado Correia, técnico parlamentar principal, refº 15, esc. D, e Director de Serviços de Informática.

Vogais

- Edelton César Andrade Alves, técnico parlamentar de 1ª Classe, refº 14, esc B, e Chefe de Divisão de Desenvolvimento e Manutenção de Equipamentos Informáticos.
- José Luís Rodrigues Francisco Lima, técnico profissional de 1º nível da área de som, com Curso Profissional de Electrónica e Micro-Electrónica Nível III.

Secretário

- Eliseth Gomes Lopes, secretária parlamentar principal, referência 9, escalão D

DÉCIMO TERCEIRO

(Entrega de tura)

Os documentos de tura deverão ser remetidos, para o Palácio da Assembleia Nacional, Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros (CP nº20-A, Achada de Santo António), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste anúncio, no Boletim Oficial.

DÉCIMO QUARTO

(Realização do Concurso)

A data, a hora e o local da realização deste concurso serão oportunamente comunicados, nos termos do artigo 12º do regulamento dos concursos de ingresso na Assembleia Nacional.

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros, na Praia, aos 5 de Dezembro de 2016. – O Director de Serviços, *Virgílio Cardoso Mendes Gonçalves*

Anúncio de concurso nº 37/2016:

ANÚNCIO DE CONCURSO

Primeiro

(Tipo de concurso)

Ao abrigo do artigo 54º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugado com o artigo 7º e alínea c) do nº 3 do artigo 33º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, e com o artigo 8º do Regulamento dos concursos de ingresso

na Assembleia Nacional, faz-se público que, por despacho de S. Ex^a a Secretária-Geral da Assembleia Nacional, de 24 de Novembro de 2016, se encontra aberto um concurso externo para o preenchimento de duas vagas no cargo de técnico parlamentar de segunda classe (licenciatura) do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, da Direcção de Serviços de Documentação e Informação de Parlamentar, sendo:

- a) Uma vaga para a área de Edições
- b) Uma vaga para a área de Comunicação para o Núcleo Museológico

Segundo

(Prazo de validade)

O concurso é válido pelo prazo de dois anos, a contar da data da publicação da lista de classificação final dos tos aprovados.

Terceiro

(Conteúdo funcional)

Realizar actividades de natureza técnica especializada. Elaborar relatórios de natureza técnica pertinentes a vários assuntos. Analisar e equacionar problemas decorrentes da dinâmica administrativa. Propor medidas visando a solução de problemas detectados nos diversos sectores de actividade parlamentar e da administração pública em geral. Elaborar pareceres e participar em estudos, projectos e pesquisas na área de sua competência. Desempenhar funções de natureza executiva, no sentido da preparação da tomada de decisão.

Quarto

(Vencimento)

O cargo corresponde a remuneração estabelecida na tabela de vencimento da Assembleia Nacional para o cargo de técnico parlamentar de segunda classe, referência 13, escalão A.

Quinto

(Regime especial de trabalho)

O pessoal permanente da Assembleia Nacional tem regime especial de trabalho, decorrente da natureza e das condições de funcionamento próprias da Assembleia Nacional.

Sexto

(Local de trabalho)

O local de trabalho é o Palácio da Assembleia Nacional, sito na Achada de Santo António, Praia.

Sétimo

(Requisitos gerais de tura)

Os requisitos gerais de tura para ingresso nos cargos são os seguintes:

- a) Maioridade;
- b) Habilitações literárias ou qualificações profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- c) Idoneidade civil (prova-se por certificado do registo criminal);
- d) Capacidade profissional;
- e) Aptidão física (atestado médico).

Oitavo

(Requisitos especiais de tura)

Podem tar-se ao concurso de ingresso os indivíduos que satisfaçam os seguintes requisitos especiais de tura:

1. Para a área de Edições

- a) Ter curso superior que confira grau de licenciatura em Design de Comunicação, Multimédia, Design Gráfico, Web design ou similar;
- b) Ter prática de informática na óptica do utilizador (Word e Excel);
- c) Ter domínio da Língua Portuguesa;
- d) Ter conhecimentos de Inglês e Francês.

2. Para a área de Comunicação do Núcleo Museológico

- a) Ter curso superior que confira grau de licenciatura em Comunicação e Marketing e Comunicação Social ou similar;
- b) Ter prática de informática na óptica do utilizador (Word e Excel);
- c) Ter domínio da Língua Portuguesa;
- d) Ter conhecimentos de Inglês e Francês.

Nono

(Métodos de selecção)

Serão utilizados, conjuntamente, podendo cada um deles ser eliminatório, os seguintes métodos de selecção:

- a) Avaliação curricular – 25%
- b) Provas de conhecimento – 55%
- c) Entrevista – 20%

Décimo

(Programas das provas)

1. Provas de conhecimentos teóricos (prova escrita)

Legislação

- a) Constituição da República de Cabo Verde;
- b) Regimento da Assembleia Nacional;
- c) Lei Orgânica da Assembleia Nacional (aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro);
- d) Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Assembleia Nacional (Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro);
- e) Regulamento dos Serviços da Assembleia Nacional – Competências e atribuições da Direcção de Serviços Parlamentares, Divisão de Apoio ao Plenário;
- f) Regulamento sobre o regime especial de trabalho dos funcionários e agentes da Assembleia Nacional (Despacho do Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional, de 3 de Junho de 2002);
- g) Lei de Bases do Regime da Função Pública (Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho);
- h) Regime jurídico de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública (Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro);
- i) Regime jurídico de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública (Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março);
- j) Estatuto disciplinar dos agentes da Administração Pública (aprovado pela Lei nº 31/III/87, de 31 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/97, de 8 de Maio) no que concerne aos deveres gerais dos agentes de Administração Pública e elenco das penas disciplinares e seus efeitos;
- k) Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro – Regime de Mobilidade dos Funcionários da Administração Pública;

2. Prova de conhecimentos práticos

Matéria específica

2.1 Para a área de Edições

- a) Adobe Photoshop, Illustrator, Indesign, Coredraw
- b) Marketing Digital
- c) Web (HTML HTML5, CSS3)
- d) Fotografia
- e) Programas de animação 3D

2.2 Para a área de Comunicação do Núcleo Museológico

- a) Teoria da Comunicação
- b) Mídias sociais
- c) Direitos Humanos e Comunicação Social
- d) Eventos e Cerimoniais
- e) Comunicação Institucional

f) Planeamento de Comunicação

g) Gestão e divulgação de património cultural

3. É permitida a consulta da legislação durante a prestação de provas de conhecimentos teóricos.

Décimo primeiro

(Documentação exigida)

São exigidos os seguintes documentos:

- a) Requerimento de tura, acompanhado de curriculum vitae detalhado;
- b) Certificado de habilitações literárias (fotocópia autenticada);
- c) Certificado de equivalência (fotocópia autenticada);
- d) Certificado de registo criminal;
- e) Fotocópia do Bilhete de Identidade;
- f) Atestado médico.

Nota: O disposto neste número não impede que seja exigido a qualquer dos tos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

Décimo segundo

(Composição dos Júris)

Para a área de Edições

Presidente:

- José António Sanches Correia - Técnico superior e Diretor de Produção da Imprensa Nacional de Cabo Verde

Vogais:

- Raúl Jorge Alves Monteiro Pina, Chefe de Divisão de Documentação e Informação Parlamentar
- Isabel Maria Medina Vaz dos Santos Nunes de Pina, técnica parlamentar de 2ª classe, refª 13, escalão B, da Divisão de Documentação e Informação Parlamentar

Secretário:

- Claudina Pereira Ramos Semedo, secretária parlamentar de 3ª classe, refª 6, escalão B, da Divisão do Arquivo Parlamentar

Para a área de Comunicação do Núcleo Museológico

Presidente:

- Raúl Jorge Alves Monteiro Pina, Chefe de Divisão de Documentação e Informação Parlamentar

Vogais:

- Marisa Lima Almeida, técnica parlamentar de 2ª classe, referência 13, escalão B, da Divisão da Biblioteca
- Ísis Cleide da Cunha Fernandes, redactora de 2ª classe, referência 13, escalão A, da Divisão de Redacção e Audiovisual

Secretário:

- Silvana Rocha Monteiro, técnica parlamentar de 2ª classe, referência 13, escalão A, da Divisão de Administração e Recursos Humanos

Décimo terceiro

(Entrega de tura)

Os documentos de tura deverão ser remetidos, para o Palácio da Assembleia Nacional, Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros (CP nº 20-A, Achada de Santo António), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste anúncio no *Boletim Oficial*.

Décimo quarto

(Realização do concurso)

A data, a hora e o local da realização deste concurso serão oportunamente comunicados, nos termos do artigo 12º do regulamento dos concursos de ingresso na Assembleia Nacional.

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros, na Praia, aos 05 de Dezembro de 2016. – O Director de Serviços, *Virgílio Cardoso Mendes Gonçalves*.

Anúncio de concurso nº 38/2016:

Primeiro

(Tipo de concurso)

Ao abrigo do artigo 54º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugado com o artigo 7º e alínea c) do nº 3 do artigo 33º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, e com o artigo 8º do Regulamento dos concursos de ingresso na Assembleia Nacional, faz-se público que, por despacho de S. Exª a Secretária-Geral da Assembleia Nacional, de 24 de Novembro de 2016, se encontra aberto um concurso externo para o preenchimento de uma vaga no cargo de técnico parlamentar de segunda classe (licenciatura) do quadro do pessoal da Assembleia Nacional, para a área de Realização da Divisão de Redacção e Audiovisual.

Segundo

(Prazo de validade)

O concurso é válido pelo prazo de dois anos, a contar da data da publicação da lista de classificação final dos tos aprovados.

Terceiro

(Conteúdo funcional)

Desempenhar funções de natureza operacional e de realização televisiva; Captar imagens e fazer sua edição e pós produção; Fazer cópias de material vídeo solicitado; Apoiar na catalogação dos ficheiros antes do seu arquivamento; Fazer a colocação das câmaras nos eventos; Operar na mesa de mistura vídeo; Colocar oráculos nos eventos em directo; Propor as melhores soluções técnicas durante as transmissões em directo; Fazer todos os testes aos equipamentos antes de cada directo; Elaborar relatórios de ocorrência da emissão; Comandar a régie de emissão durante as transmissões em directo e zelar para que a equipa tenha a melhor prestação possível.

Quarto

(Vencimento)

O cargo corresponde a remuneração estabelecida na tabela de vencimento da Assembleia Nacional para o cargo de técnico parlamentar de segunda classe, referência 13, escalão A.

Quinto

(Regime especial de trabalho)

O pessoal permanente da Assembleia Nacional tem regime especial de trabalho, decorrente da natureza e das condições de funcionamento próprias da Assembleia Nacional.

Sexto

(Local de trabalho)

O local de trabalho é o Palácio da Assembleia Nacional, sito na Achada de Santo António, Praia.

Sétimo

(Requisitos gerais de tura)

Os requisitos gerais de tura para ingresso nos cargos são os seguintes:

- a) Maioridade;
- b) Habilitações literárias ou qualificações profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- c) Idoneidade civil (prova-se por certificado do registo criminal);
- d) Capacidade profissional;
- e) Aptidão física (atestado médico).

Oitavo

(Requisitos especiais de tura)

Podem tar-se ao concurso de ingresso os indivíduos que satisfaçam os seguintes requisitos especiais de tura:

- a) Ter curso superior que confira grau de licenciatura em Comunicação vertente Audiovisual, Comunicação vertente Multimédia ou afins;
- b) Ter capacidade de trabalho em equipa;

- c) Ter noções em Realização Televisiva e de todo o processo produtivo;
- d) Experiência profissional em pelo menos uma das áreas do processo produtivo: Edição, Câmara ou Realização Televisiva.
- e) Ter domínio de softwares de Edição, de animação 3D e grafismo;
- f) Ter domínio da Língua Portuguesa;
- g) Ter conhecimentos do Inglês e Francês.

Nono

(Métodos de seleção)

Serão utilizados, conjuntamente, podendo cada um deles ser eliminatório, os seguintes métodos de seleção:

- a) Avaliação curricular – 20%
- b) Provas de conhecimento – 60%
- c) Entrevista – 20%

Décimo

(Programas das provas)

1. Provas de conhecimentos teóricos (prova escrita)

Legislação:

- a) Constituição da República de Cabo Verde;
- b) Regimento da Assembleia Nacional;
- c) Lei Orgânica da Assembleia Nacional (aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro);
- d) Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Assembleia Nacional (Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro);
- e) Regulamento dos Serviços da Assembleia Nacional – Competências e atribuições da Direção de Serviços Parlamentares, Divisão de Apoio ao Plenário;
- f) Regulamento sobre o regime especial de trabalho dos funcionários e agentes da Assembleia Nacional (Despacho do Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional, de 3 de Junho de 2002);
- g) Lei de Bases do Regime da Função Pública (Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho);
- h) Regime jurídico de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública (Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro);
- i) Regime jurídico de férias, faltas e licenças dos funcionários da Administração Pública (Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março);
- j) Estatuto disciplinar dos agentes da Administração Pública (aprovado pela Lei nº 31/III/87, de 31 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 8/97, de 8 de Maio) no que concerne aos deveres gerais dos agentes de Administração Pública e elenco das penas disciplinares e seus efeitos;
- k) Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro – Regime de Mobilidade dos Funcionários da Administração Pública;

2. Prova de conhecimentos práticos

Matéria específica

- a) Noções de Realização televisiva aplicada a uma Sessão Parlamentar em directo;
- b) Escala de Planos, enquadramentos, regra dos terços, regra dos 180 graus;
- c) Edição de vídeo com recurso ao Adobe Première CC ou similar.

3. É permitida a consulta da legislação durante a prestação de provas de conhecimentos teóricos.

Décimo primeiro

(Documentação exigida)

São exigidos os seguintes documentos:

- a) Requerimento de tura, acompanhado de curriculum vitae detalhado;
- b) Certificado de habilitações literárias (fotocópia autenticada);
- c) Certificado de equivalência (fotocópia autenticada);
- d) Certificado de registo criminal;
- e) Fotocópia do Bilhete de Identidade;
- f) Atestado médico.

Nota: O disposto neste número não impede que seja exigido a qualquer dos tos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

Décimo segundo

(Composição do Júri)

Presidente:

- Mário Benvindo Cabral, Realizador da Televisão de Cabo Verde

Vogais:

- Raúl Jorge Alves Monteiro Pina, Chefe de Divisão de Documentação e Informação Parlamentar
- Paulo Jorge de Pina Mendes, Redactor de 1ª Classe, referência 14, escalão A

Secretário:

- Claudina Pereira Ramos Semedo, secretária parlamentar de 3ª classe, referência 6, escalão B, da Divisão do Arquivo Parlamentar

Décimo terceiro

(Entrega de tura)

Os documentos de tura deverão ser remetidos, para o Palácio da Assembleia Nacional, Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (CP nº 20-A, Achada de Santo António), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste anúncio no Boletim Oficial.

Décimo quarto

(Realização do concurso)

A data, a hora e o local da realização deste concurso serão oportunamente comunicados, nos termos do artigo 12.º do regulamento dos concursos de ingresso na Assembleia Nacional.

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros, na Praia, aos 05 de Dezembro de 2016. – O Diretor de Serviços, *Virgílio Cardoso Mendes Gonçalves*.

—————oço—————

IMPrensa Nacional de Cabo Verde

Conselho de Administração

Anúncio de concurso nº 39/2016

A Imprensa Nacional de Cabo Verde, ao abrigo das competências que lhe são conferidas pelo artigo 16º al. e) do Decreto-Lei nº 3/2011, de 3 de janeiro, avisa os interessados que se encontra aberto o concurso externo, para o recrutamento de um Jurista para exercer a função a tempo inteiro mediante contrato de trabalho na sua sede na Cidade da Praia.

1. Principais atribuições:

- Apoiar o Conselho de Administração em todas as suas áreas de atividades, através de emissão de pareceres escritos e verbais;
- Acompanhar os membros do Conselho de Administração e Dirigentes da INCV, nas reuniões e encontros de trabalho na Cidade da Praia ou em qualquer outro ponto do País onde se mostre necessário a sua presença;
- Apoiar na organização laboral e sua adequação às melhores e eficientes práticas;

- Integrar Júris, comissões de trabalho, e representar a INCV SA, em assuntos de carácter jurídico, quando for para o efeito indicado;
- Elaborar regulamentos, instruir processos disciplinares e outros trabalhos jurídicos do interesse da INCV SA;
- Dirigir o serviço de publicação do Boletim Oficial;
- Organizar as coletâneas de legislação da INCV e os de interesse para negócios da mesma;
- Apoiar ou garantir o patrocínio judiciário gratuito de causas da INCV SA.

2. Perfil do Candidato

- Os Candidatos deverão possuir diploma com grau de Licenciatura em Direito.
- Experiência Profissional de pelo menos 3 (três) anos;
- Domínio de informática;
- Estar Inscrito na Ordem dos Advogados de Cabo Verde;
- Domínio perfeito da língua portuguesa e conhecimentos de uma das línguas estrangeiras, Francês/Inglês.

3. Valoriza-se

- Facilidade de comunicação e relacionamento interpessoal;
- Espírito de equipa e cooperação;
- Iniciativa e dinamismo;

- Integridade e responsabilidade.

4. Métodos de avaliação

- Análise curricular;
- Entrevista.

5. Oferece-se

- Possibilidade de integração no quadro de pessoal da INCV;
- Regalias em vigor na empresa.

6. A INCV SA, reserva o direito de não seleccionar qualquer candidato, caso não sejam satisfeitas as condições requeridas.

7. Processo de Candidatura

Os interessados deverão no prazo de 8 (oito) dias úteis, contado a partir do dia seguinte ao da publicação do presente anúncio no *Boletim Oficial*, enviar o curriculum vitae detalhado, acompanhado de carta de apresentação, fotocópia do bilhete de identidade, de documentos comprovativos de habilitações literárias e de experiência profissional para, rosa.fernandes@incv.cv, ou antonio.s.cardoso@incv.cv, com designação «Anúncio de Concurso para Contratação de um (1) Jurista», ou entregar diretamente no serviço de recursos humanos da INCV SA, Rua da Macaronésia em Achada Grande Frente – Praia, entre as 8.00 e às 16.00 horas de 2ª a 6ª;

Conselho de Administração da INCV SA, aos 29 de dezembro de 2016. – O Administrador Executivo, *Miguel Ho Chi Minh Semedo*.



II SÉRIE BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto de publicação associação nº 472/2016:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que foi constituída uma associação denominada "ADEC-ACADEMIA DO DESPORTO, EDUCAÇÃO E CULTURA". 270

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO

Direcção-Geral dos Registos, Notariado
e IdentificaçãoConservatória dos Registos e Cartório Notarial
da Região de Segunda Classe de Santa Cruz

Extracto de publicação de associação nº 472/2016:

CONSERVADORA: LIC. MARIA VIEIRA FERNANDES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 9.º, da Lei número 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ADEC - ACADEMIA DO DESPORTO, EDUCAÇÃO E CULTURA”, NIF 571855806, com sede na Calheta, São Miguel, de duração indeterminada, tendo como finalidade:

- a) Promover atividade e projetos desportivos, recreativos, culturais, educacionais, sociais, ambientais e de lazer;
- b) Promover a cidadania e educação, desenvolvendo a responsabilidade social e ambiental;
- c) Criar e desenvolver escola de prática desportiva, educativa com finalidade de promover os valores da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- d) Participar nas competições desportiva em geral, com especialidade o futebol de qualquer nível: infantil, sub-15, sub-17, sub-20 e adultos tanto masculinos como femininos, nas categorias de base, juniores, como seniores e profissionais;
- e) Difundir à prática e o desenvolvimento de todo o tipo de desporto: handebol, voleibol, basquetebol, futsal, atletismo, hipismo e outras modalidades não mencionadas;
- f) Filiar-se às federações e associações desportivas Cabo-verdianas e internacionais dentro da modalidade desportiva que praticar, bem como participar dos campeonatos, torneios por elas organizadas conforme a modalidade do interesse da entidade, inclusive competições de carácter profissional;
- g) Filiar-se a um clube internacional para consecução dos seus objetivos sociais;
- h) Manter parcerias com Delegação do concelho, Ministério de Educação e Desporto, Escolas EBI e Secundárias, Câmara Municipal, Delegacia de Saúde e Entidades Privadas para desenvolver à prática desportiva e educativa na ADEC;
- i) Realizar tudo o mais que seja atribuído pelos seus estatutos e regulamentos internos.

PATRIMÓNIO INICIAL: 2.000\$00.

ÓRGÃOS SOCIAIS:

ASSEMBLEIA GERAL:

Nome: Ângela Maria Gomes Coelho de Pina.

Cargo: Presidente.

Nif: 129321400.

Nome: José Luis da Veiga Furtado.

Cargo: Vice-Presidente.

Nif: 134658566.

Nome: Eunice Mendes Querido.

Cargo: Secretária.

Nif: 140202897.

CONSELHO DIRECTIVO:

Nome: Austelino da Veiga Furtado.

Cargo: Presidente.

Nif: 117624900.

Nome: Beat Clerc.

Cargo: Vice-Presidente.

Nif: 159105129.

Nome: Dulcilindo Mendes Miranda.

Cargo: Tesoureiro.

Nif: 134848004.

Nome: Maria Ressureição Silva.

Cargo: Secretária.

Nif: 138594309.

CONSELHO FISCAL:

Nome: Gabrielle Liliane Sandoz.

Cargo: Presidente.

Nif: 171917600.

Nome: Murielle Clerc.

Cargo: Secretária.

Nif: 171917707.

Nome: Renzo Lehmann.

Cargo: Relator.

Nif: 171917308.

Duração dos mandatos: 02 anos.

FORMA DE OBRIGAR:

- a) Pela assinatura de dois membros de Direcção sendo uma a do Presidente.
- b) Pela assinatura de mandatário especial.
- c) Pela assinatura de outros membros da Direcção expressa e essencialmente credenciados para o efeito.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região de Santa Cruz, aos 5 de Maio de 2016. – A Conservadora, *Maria Vieira Fernandes*.II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.